ResearchGate

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: https://www.researchgate.net/publication/273813767

Entre memória, mito e história: viajantes transatlânticos da Casa Branca

Chapter · January 2012

CITATIONS
6

READS
871

1 author:



Lisa Castillo
University of Campinas
15 PUBLICATIONS **45** CITATIONS

SEE PROFILE

All content following this page was uploaded by Lisa Castillo on 21 March 2015.

The user has requested enhancement of the downloaded file.

ESCRAVIDÃO E SUAS SOMBRAS

Escravidao e suas sombras.indb 1 15/3/2012 13:49:13

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor
Dora Leal Rosa

Vice-Reitor
Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial
Alberto Brum Novaes
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Ninõ El-Hani
Cleise Furtado Mendes
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
José Teixeira Cavalcante Filho
Maria Vidal de Negreiros Camargo

ESCRAVIDÃO E SUAS SOMBRAS

JOÃO JOSÉ REIS
ELCIENE AZEVEDO
Organizadores

Edufba, Salvador, 2012

Escravidao e suas sombras.indb 3 15/3/2012 13:49:13

©2012 *by* Autores.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Projeto Gráfico e formatação
Alana Gonçalves de Carvalho Martins

Capa
Renato da Silveira

Revisão
?

Normalização
?

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Escravidão e suas sombras / João José Reis, Elciene Azevedo, Organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2012.
000 p.

ISBN 978-85-232-0846-2

1. Escravidão - Brasil - História. 2. Escravos libertos - Brasil - Condições sociais. 3. Negros - Brasil - Condições sociais. 4. Candomblé. 5. Reliosidade. I. Reis, João José. II. Azevedo, Elciene.

CDD - 326.0981

Editora filiada à:

ASOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

CBaL Câmara Bahiana do Livro

EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

A ESCRAVIDÃO E SUAS SOMBRAS **7**
ensaios de um grupo de pesquisa
João José Reis e Elciene Azevedo

ANTECEDENTES EUROPEUS NAS IRMANDADES **15**
DO ROSÁRIO DOS PRETOS DA BAHIA COLONIAL
Renato da Silveira

ENTRE MEMÓRIA, MITO E HISTÓRIA **65**
viajantes transatlânticos da Casa Branca
Lisa Earl Castillo

MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO NO RITUAL RELIGIOSO **111**
uma comparação entre o culto aos voduns
no Benim e no candomblé baiano
Luis Nicolau Parés

TRÁFICO, ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO EM SALVADOR DO SÉCULO XVIII **143**
a vida de Francisco Gonçalves Dantas (1699–1738)
Carlos Silva Jr.

DE CRIA A DONA **187**
trajetória de uma liberta no sertão baiano no século XIX
Jackson Ferreira

FRANCISCO RIBEIRO DE SEIXAS **233**
E VIDA PRISIONAL NA BAHIA OITOCENTISTA
Cláudia Moraes Trindade

COR, CLASSE, OCUPAÇÃO ETC **279**
o perfil social (às vezes pessoal) dos rebeldes baianos, 1823-1833
João José Reis

A LIBERDADE DO OPERÁRIO QUE FOI ESCRAVO **321**
reflexões a partir de um percurso carioca
Maria Cecília Velasco e Cruz

OS AUTORES **367**

ENTRE MEMÓRIA, MITO E HISTÓRIA
viajantes transatlânticos da Casa Branca[1]

Lisa Earl Castillo

Nos terreiros de candomblé mais antigos de Salvador, os mais velhos falam de viagens de retorno à África, feitas pelos fundadores depois de libertar-se da escravidão. Na Casa Branca, a memória coletiva sustenta que o terreiro foi fundado por duas africanas libertas, Iyá Nassô e sua filha espiritual, Marcelina da Silva – ambas consagradas a Xangô – após uma romaria à cidade de Ketu, em território iorubá. Da realização dos ritos inaugurais também participou um sacerdote do oráculo de Ifá, ou babalaô, chamado Bamboxê Obitikô. Igualmente devoto de Xangô, Bamboxê teria vindo da África especificamente para ajudar nesse ritual.[2]

Este mito de origem, registrado por Pierre Verger e, em versões um pouco diferentes, por vários outros estudiosos, permaneceu durante mui-

1 A pesquisa que deu origem a este texto foi realizada ao longo de quatro anos, com o apoio de três bolsas de pós-doutorado: da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Agradeço a Irene Sowzer Santos pelas numerosas conversas divertidas e produtivas sobre a história da sua família. Agradeço também a João José Reis, Luis Nicolau Parés, Kristin Mann, Mattijs Van de Port, Ana Lúcia Araújo, Renato da Silveira e os membros do grupo de pesquisa Escravidão e a Invenção da Liberdade pelos comentários sobre versões preliminares deste texto. Outra versão deste texto, sob o título "Vida e viagens de Bamboxê Obitikô", foi publicado em Vilson Caetano de Souza e Air José de Sousa (orgs.), *Minha vida é orixá* (Salvador, Pilão de Prata, 2011), pp. 55-86.

2 Para discussões do mito fundante da Casa Branca, ver Pierre Verger, *Orixás,* Salvador, Corrupio, 1981, pp. 28-9; Vivaldo da Costa Lima, "Ainda sobre a nação de queto", in Cléo Martins e Raul Lody (orgs.), *Faraimará: o caçador traz alegria* (Rio de Janeiro, Pallas, 1999), pp. 67-80; Renato da Silveira, *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto,* Salvador, Maianga, 2006, caps. 8 e 9; J. Lorand Matory, *Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism and Matriarchy in the Brazilian Candomblé,* Princeton, Princeton University Press, 2005, cap. 3.

Escravidao e suas sombras.indb 65 15/3/2012 13:49:16

to tempo no domínio da lenda. Contudo, recentemente, Luis Nicolau Parés e eu apresentamos os frutos de uma pesquisa documental, realizada na Bahia, que confirmam um aspecto central da memória oral: a viagem à África. A documentação mostrou que Marcelina foi escrava de Iyá Nassô, e que a odisseia das duas foi motivada pelas sequelas sociopolíticas do levante de escravos de 1835, conhecido como a Revolta dos Malês. Iyá Nassô, cujo nome no Brasil era Francisca da Silva, tinha dois filhos que foram condenados à prisão com trabalho por participação na insurreição. Atendendo ao apelo de Iyá Nassô, a sentença foi comutada para deportação e, junto com seu marido, escravos e agregados, a mãe seguiu com seus filhos para a África, onde aparentemente permaneceu pelo resto da sua vida. Mas Marcelina, que já era liberta, voltou à Bahia em 1839, utilizando o sobrenome de sua ex-senhora e assumindo a liderança da comunidade religiosa. Até o final dos anos 1850, Marcelina da Silva alcançou uma posição de riqueza material e poder, proprietária que era de vários imóveis, entre eles dois sobrados e numerosos escravos.[3]

Marcelina não retornou à África, mas manteve vínculos fortes através de alguns africanos libertos ligados ao seu terreiro que regularmente atravessavam o mar: Bamboxê Obitikô e Eliseu do Bonfim, pai de Martiniano Eliseu do Bonfim. O texto atual cruza memórias orais com diversos tipos de documentos históricos para reconstruir as vidas inter-relacionadas desses libertos e suas famílias, e ainda apontar a importância de dois outros viajantes africanos ligados à Casa Branca, Eduardo Américo de Souza e Joaquim Vieira da Silva. O quadro aqui desenhado, embora ainda fragmentário, revela que o terreiro fazia parte de uma rede transatlântica que se estendia de Lagos a Salvador, e daí até as províncias de Pernambuco e do Rio de Janeiro. As histórias de vida também fornecem insumos sobre a situação mais geral dos africanos que voltaram ao continente natal após se

3 Lisa Earl Castillo e Luis Nicolau Parés, "Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé ketu", *Afro-Ásia,* no 36 (2007), pp. 111-51; e *idem*, "Marcelina da Silva: a Nineteenth--Century Candomblé Priestess in Bahia", *Slavery & Abolition,* vol. 31, no 1 (2010), pp. 1-28. O levante dos malês, uma das mais importantes rebeliões de escravos na história do Brasil, foi liderado por nagôs islamizados, libertos e também escravos. Ver João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835,* São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Escravidao e suas sombras.indb 66 15/3/2012 13:49:16

libertarem do cativeiro.[4] Finalmente, o texto analisa alguns eventos e dinâmicas interpessoais depois da morte de Marcelina da Silva que influenciaram a trajetória de um terreiro filial, o Ilê Axé Opô Afonjá, fundado em 1910 por outra devota de Xangô, Eugênia Anna dos Santos.

Eliseu do Bonfim

Hoje em dia, no mundo do candomblé, a memória de Eliseu do Bonfim é menos nítida do que a de seu filho, o babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim, nascido em 1859 e falecido em 1943 na Bahia. Até agora, Martiniano, cujo nome iorubá era Ojeladé, foi um dos poucos sacerdotes afro-brasileiros cujas travessias transatlânticas foram definitivamente estabelecidas. A preservação da sua história foi facilitada por várias entrevistas que concedeu no final de sua vida a pesquisadores que se interessaram por suas viagens.5 Seus depoimentos ainda fornecem informações valiosas sobre seus pais, ambos nagôs escravizados na primeira metade do século XIX. Seu pai, Oyá Togum, no Brasil chamado Eliseu do Bonfim, era da etnia egbá, da cidade de Abeokuta. Segundo Martiniano, Eliseu era filho de um homem que tinha numerosas esposas e morava num grande conjunto familiar. Esses detalhes sugerem que a família era rica, pois, entre os iorubás, ter muitas esposas era um luxo da elite. Eliseu teria sido trazido ao

4 Sobre os retornados à África Ocidental, ver, entre outros, Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, estrangeiros: os escravos brasileiros e sua volta à África,* São Paulo, Brasiliense, 1985; Silke Stricktrodt, "'Afro-Brazilians' of the Western Slave Coast in the Nineteenth Century", in José C. Curto e Paul E. Lovejoy (orgs.), *Enslaving Connections: Changing Cultures of Africa and Brazil during the Era of Slavery* (Amherst, Nova York, Humanity Books, 2004), pp. 213-44; Milton Guran, *Agudás: os 'brasileiros' do Benim*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000; Elisée Soummoni, "The Afro-Brazilian Communities of Ouidah and Lagos in the 19th Century: A Comparative Perspective", in José C. Curto and René Souloudre-LaFrance (orgs.), *Africa and the Americas: Interconnections During the Slave Trade* (Trenton, N.J.: Africa World Press, 2005), pp. 231-42; Alcione Amos, *Os que voltaram: a história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no séc. XIX*, Belo Horizonte, Tradição Planalto, 2007; Mônica Lima e Souza, "Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870" (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2008).

5 Donald Pierson, *Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial*, São Paulo, Editora Nacional, 1967[1942], pp. 78-9; Lorenzo Turner, "Some Contacts of Brazilian Ex-Slaves with Nigeria, West Africa", *Journal of Negro History*, vol. 27, no 1 (1942), pp. 55-67, esp. pp. 62-3; Franklin Frazier, "The Negro Family in Bahia, Brazil", *American Sociological Review,* vol. 7, no 4 (1942), pp. 465-78, esp. 474-75; e Ruth Landes, *A cidade das mulheres,* Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002 [1947], pp. 60-79, 105-14 e 269-78. Para discussões mais recentes da vida de Martiniano do Bonfim, ver Vivaldo da Costa Lima, "O candomblé da Bahia na década de trinta", in Waldir Freitas de Oliveira e Vivaldo da Costa Lima (orgs.), *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos* (Salvador, Corrupio, 1987), pp. 37-74; Julio Braga, *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia,* Salvador, Edufba, 1995, cap. 1; Lisa Earl Castillo, *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia,* Salvador, Edufba, 2008, cap. 3.

Escravidao e suas sombras.indb 67 15/3/2012 13:49:16

Brasil por volta de 1842. Quando o navio se aproximava da costa da Bahia, teria sido jogado ao mar, mas conseguiu nadar até a terra, tornando-se "escravo da nação".[6]

Isso revela que Eliseu era um africano livre, expressão aplicada aos africanos encontrados em navios negreiros abordados pelas autoridades britânicas ou brasileiras durante o período ilegal do tráfico transatlântico. Em 1826, o governo brasileiro assinou tratado com a Inglaterra que proibia a importação de escravos africanos, e em 1831 uma lei brasileira tornou o tráfico ilegal. Muitos navios negreiros que embarcaram na África rumo ao Brasil foram apresados pelos britânicos em alto mar ou no litoral africano. Mas, no território brasileiro, a proibição só passou a ser fiscalizada consistentemente após 1850, com a lei Eusébio de Queiroz. Nesse intervalo de duas décadas, o tráfico de escravos para o Brasil, sobretudo para a Bahia, continuou, embora com alguma hesitação inicial por parte dos traficantes, mas a pleno vapor na década de 1840. De vez em quando, porém, navios eram apreendidos pelas autoridades, e seus cativos emancipados. Isto, na teoria. Na prática, eram obrigados a servir ao governo, a instituições filantrópicas ou a particulares contratados. Oficialmente, o período de serviço era limitado a catorze anos, mas frequentemente essa regra não era observada. A situação desses africanos deu origem à expressão "escravos da nação".[7]

Segundo Martiniano, a liberdade efetiva do seu pai veio entre 1850 e 1852, mas não encontrei o registro equivalente.[8] O primeiro documento

---

6 Braga, *Na gamela,* p. 53; Pierson, *Brancos e pretos,* pp. 278-9; Frazier, "The Negro Family", p. 474; Turner, "Some Contacts", p. 63; Samuel Johnson, *The History of the Yorubas,* Lagos, C.S.S. Bookshops, 1969 [1921], p. 113.

7 Sobre africanos livres, ver Beatriz Mamigonian, "Do que 'o preto mina' é capaz: etnia e resistência entre africanos livres", *Afro-Ásia,* no 24 (2000), pp. 71-95; e Isabel Cristina dos Reis, "A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888" (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2007), cap. 3. Sobre o tráfico ilegal e o envolvimento de comerciantes na Bahia, cf. Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos,* Salvador, Corrupio, 1987, caps. 10-12; Robin Law e Kristin Mann, "West Africa in the Atlantic Community: The Case of the Slave Coast", *William and Mary Quarterly,* vol. 56, no 2 (1999), pp. 307-34; e Ubiratan Castro de Araújo, "1846: um ano na rota Bahia-Lagos. Negócios, negociantes e outros parceiros", *Afro-Ásia* no 21-22 (1998-99), pp. 83-110. Para estimativas do número de africanos trazidos ao Brasil nesse período: David Eltis, "The Diaspora of Yoruba Speakers, 1650-1865: Dimensions and Implications", in Toyin Falola e Matt D. Childs (orgs.), *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World* (Bloomington, Indiana University Press, 2004), pp. 17-39.

8 O único caso que localizei de liberdades conferidas pelo governo provincial nesse período foi o de 136 africanos livres, emancipados em 1854: "Lista de africanos livres que obtiveram carta de manumissão",

Escravidao e suas sombras.indb 68 15/3/2012 13:49:16

referente a Eliseu é de 1871, quando ele aceitou a testamentária de outro africano liberto, Miguel Ângelo de Freitas, aparentemente um amigo. Miguel era relativamente pobre quando morreu, deixando apenas uma pequena casa e roça em terreno arrendado, um escravo africano, já idoso, e uma dívida de valor insignificante. Mas a tarefa de Eliseu foi complicada por acirradas rivalidades familiares. Miguel não era casado na Igreja Católica, mas teve filhos com duas mulheres africanas, Maria do Rosário e Sabina. A primeira, uma liberta, tinha seis filhos. Segundo ela, Miguel era o pai de todos, mas ele assumiu apenas um como seu. A segunda tinha sido sua escrava, comprada durante sua relação com Maria do Rosário. Embora Sabina fosse liberta quando Miguel morreu, seus cinco filhos – todos reconhecidos por ele como filhos e herdeiros – nasceram no cativeiro, escravos do pai. No testamento, Miguel declarou que já os tinha alforriado, mas Maria do Rosário reivindicava que Sabina e seus filhos eram ainda escravos e, como tais, propriedade legítima dos "verdadeiros" herdeiros, ela e seus filhos. Talvez pela dificuldade em apaziguar as brigas de família, em pouco tempo Eliseu desistiu, deixando como inventariante um dos filhos de Miguel e Sabina. Infelizmente, o inventário é incompleto e ficamos sem saber qual das duas africanas prevaleceu nessa história.[9]

Como Miguel, Eliseu também era polígamo, de acordo com as práticas iorubás. Martiniano do Bonfim contava que sua mãe, Majebassã, era a esposa principal de Eliseu – o que implica que também foi a primeira, – e que seu cativeiro começou quando, ainda "mocinha", foi "pegada por um guerreiro", junto com duas crianças mais novas, e vendida a traficantes no Daomé.[10] Na Bahia, foi batizada com o nome Felicidade. Em vários depoi-

---

15/02/1855, Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEBa), *Justiça. Juízo de Feitos da Fazenda, 1828-89*, maço 2667. Contudo, nenhum Eliseu consta na relação.

9 Testamento de Miguel Ângelo de Freitas, 19/7/1871, APEBa, *Testamento*, 05/2151/2620/18; Inventário de Miguel dos Anjos Freitas, 26/08/1871, APEBa, *Inventário*, 07/3026/07; Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (doravante ACMS), *Livro de Óbitos da Freguesia de Santa Anna, 1864-76,* fl. 152, consultado através de microfilmes no acervo da Biblioteca da História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (www.familysearch.org), microfilme no 128-4585, Item 2. No seu testamento, Miguel declarou ser natural de um lugar grafado pelo escriba como "Uore", o que, segundo historiadora Kristin Mann, provavelmente seria Awori, nome dado ao povo que ocupa o território ao sul dos reinos de Egbado e Egba, entre os rios Yewa e Ogun: Mann, comunicação pessoal, 17/5/2010. Sobre Awori, ver Mann, *Slavery and the Birth of an African City: Lagos, 1760-1900,* Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 2008, pp. 24-6.

10 Pierson, *Brancos e pretos,* p. 279. Segundo Martiniano, o nome da sua mãe, que significa "não me deixe sozinha", foi dado porque nascera depois de sua mãe (a avó materna de Martiniano) ter perdido dois filhos. Na

Escravidao e suas sombras.indb 69 15/3/2012 13:49:16

mentos, Martiniano mencionou primos nascidos no Brasil, filhos de uma irmã de sua mãe. Isto significa que esta irmã também foi vendida no tráfico, sendo talvez uma das crianças sequestradas junto com ela. Martiniano contava que seu pai comprou a alforria de Felicidade em 1855. Provavelmente nessa altura já tinham formado uma união conjugal; contudo, nunca se casaram na Igreja Católica. Além de Felicidade, Eliseu teve outras quatro mulheres que moravam com ele, e a quem considerava esposas. Teve cinco filhos, quatro com Felicidade e um menino mais velho do que Martiniano, cuja mãe, que não era uma esposa, morava em outro lugar.[11]

Foto de Majebassã



Publicada por Manoel Querino em 1916 com a legenda "Tipo ijexá", esta foto hoje pertence ao acervo de Lorenzo Turner. Segundo Edison Carneiro, é da mãe de Martiniano do Bonfim, o que leva a supor que Turner obteve-a deste. *Acervo do Lorenzo Turner Papers, Anacostia Museum, Washington, D.C.*

---

mitologia iorubá, crianças recém-nascidas são vulneráveis aos *abikus,* espíritos que roubam suas vidas, e filhos que nascem depois de irmãos natimortos ou mortos na primeira infância recebem nomes especiais para protegê-los. Ver Lima, "O candomblé da Bahia", p. 51; e Pierre Verger, *Saída de iaô, cinco ensaios sobre a religião dos orixás*, São Paulo, Axis Mundi, 2002, pp. 123-42.

11 Frazier, "The Negro Family", p. 474; Landes, *A cidade,* p. 80; Edison Carneiro, *Candomblés da Bahia,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991 [1948], p. 130. Não era raro que africanos fossem vendidos ao tráfico de escravos junto com outros parentes. Também acontecia que ao chegar ao Brasil reencontrassem parentes já escravizados. Ver Maria Inês Cortes de Oliveira, "Viver e morrer no meio dos seus", *Revista USP* no 28 (1995-96), pp. 174-93. Sobre a poligamia de africanos nesse período, ver Reis, "A família negra", cap. 3.

Escravidao e suas sombras.indb 70 15/3/2012 13:49:16

Não encontrei informações sobre os três outros filhos de Felicidade, nem sobre o irmão mais velho de Martiniano, mas descobri um menino mais novo, chamado Agostinho. A mãe, Lourença Maria da Conceição, uma jovem crioula livre, trabalhava como ganhadeira e morava com sua mãe, uma africana liberta, na rua de São Miguel, Freguesia de Santana. Eliseu e sua família moravam na mesma freguesia, na rua da Poeira. Agostinho foi batizado na Igreja Matriz de Santana, em agosto de 1875, com três meses de idade. Sua madrinha era Marcelina da Silva, ialorixá da Casa Branca, e seu padrinho, o africano liberto Miguel Vieira da Silva, marido de Marcelina. A escolha deste casal como padrinhos indica que Eliseu já tinha formado algum vínculo com a Casa Branca e queria fortalecê-lo.[12]

Em 1877, Miguel Vieira pediu a Lourença que deixasse Agostinho morar com ele, responsabilizando-se pela educação do menino, e a mãe aceitou.[13] Por "educação" Miguel talvez quisesse dizer que iria matricular Agostinho numa escola, mas, como o menino tinha apenas dois anos, provavelmente se referisse também à sua educação cultural e religiosa. Sob os cuidados dos padrinhos, Agostinho certamente seria criado de acordo com costumes e valores nagôs, o que sem dúvida significaria participar da vida religiosa do terreiro liderado por sua madrinha. No dia 8 de novembro, Miguel, Eliseu e Lourença foram à delegacia de Santana para lavrar o termo de entrega.

No mês seguinte, Eliseu solicitou permissão para viajar a Lagos. Quando Lourença soube disso, foi imediatamente à polícia e deu queixa de que ele e Miguel pretendiam levar Agostinho à África sem seu consentimento. Ela se opôs veementemente a isso, afirmando que Miguel a tinha enganado quando se oferecera para educar seu filho e que Eliseu era "inteiramente prejudicial à sociedade por seu mau comportamento e meio de vida reprovado entre povo civilizado e de moralidade", provavelmente uma referência velada a seu envolvimento no candomblé e sua poligamia.

---

12 "Notificação a requerimento da crioula Lourença Maria da Conceição", 11/12/1877, APEBa, *Autos cíveis*, 52/1846/22. Eliseu morava nessa rua desde pelo menos 1871, quando foi inventariante de Miguel Ângelo. Sobre a instituição de padrinhos na Bahia oitocentista, ver Oliveira, "Viver e morrer", pp. 184-7; e João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX,* São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pp. 273-5.

13 "Notificação a requerimento da crioula Lourença Maria da Conceição", fl. 2.

Escravidao e suas sombras.indb 71 15/3/2012 13:49:16

Como evidência de que Eliseu era capaz de sequestrar o menino, Lourença lembrou que ele "já levou para a Costa d'África, há cerca de dois anos o crioulinho Martiniano, filho da Africana Felicidade, com licença do Juiz de Órfãos, assinando termo de tutela e obrigando-se a trazer, quando voltasse, o dito menor, o que não fez, cometendo um crime".[14]

Mais de cinquenta anos depois, Martiniano contaria a vários pesquisadores a história dessa viagem, sem sugerir que tivesse ficado em Lagos contra a vontade de sua mãe. Segundo Martiniano, seu pai era comerciante de produtos africanos – provavelmente panos da costa, noz de cola, sabão preto e azeite de dendê, as mercadorias africanas mais frequentemente exportadas para o Brasil na época. Não encontrei registros dos produtos importados por Eliseu, mas outro africano liberto que fazia parte da sua rede social, às vezes viajando junto com ele, Antonio Alexandre Martins, trouxe em uma de suas viagens 126 kg de sabão preto, 70 kg de nozes de cola e 34 kg de tinta para escrever.

Martiniano afirmou que quando foi a Lagos, junto com o pai, o motivo principal foram os negócios deste, mas Eliseu também queria matriculá-lo na escola em Lagos. Este último aspecto foi, sem dúvida, o que levou Lourença a recorrer à polícia, temendo que Eliseu estivesse "projetando novamente o mesmo plano" para Agostinho.[15] Martiniano lembrou que deixou o Brasil com seu pai em 1875, quando faltava um mês para seu décimo quarto aniversário. Tinha mais de oitenta anos quando deu esse depoimento, mas sua memória era ainda muito boa. No Arquivo Público da Bahia, encontrei o registro de um passaporte emitido em 1º de outubro de 1875, a "Eliseu do Bonfim, preto liberto de nação mina", que pretendia viajar a Lagos.[16]

---

14 "Notificação a requerimento da crioula Lourença Maria da Conceição", fl. 3v. Na época, as autoridades frequentemente caracterizavam o candomblé como uma ofensa a moralidade pública. Ver, por exemplo, o jornal *O Alabama*, 21/3/1865, p. 1.

15 Recibo no 630, de Antonio Alexandre Martins, 8/10/1878, *Alfândega*. *Notas de despacho de importação*, 030, 04/10/1878-09/10/1878. O valor total das taxas que pagou pela importação desses produtos foi 30$930. Antonio Alexandre Martins tinha chegado de Lagos no patacho *Garibaldi* em 26/9/1878, e junto com ele vieram o babalaô Bamboxê Obitikô, identificado por seu "nome de branco" Rodolpho Martins e Eliseu do Bonfim. Não há despachos de importação em seus nomes, mas consta que Eliseu pagou uma pequena taxa de 1$380, sem especificação do motivo: Emolumento de termo de Eliseu do Bonfim, 8/10/1878, APEBa, *Alfândega. Notas de despacho de importação*, 030, 04/10/1878-09/10/1878.

16 "Notificação a requerimento da crioula Lourença Maria da Conceição", fl. 4. Pierson, *Brancos e pretos,* pp. 278-9; Registros de passaportes, 1875-76, fls. 345-45v, APEBa, *Polícia*, maço 5904. Na Bahia, o etnônimo "mina" se referia a africanos vendidos ao tráfico em um dos portos da Costa da Mina. Para uma discussão do termo, ver Luis Nicolau Parés, *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia,* Campinas, Editora Unicamp, 2006, pp. 27-8.

Escravidao e suas sombras.indb 72 15/3/2012 13:49:16

Em 14 de outubro, duas semanas depois da emissão do seu passaporte, Eliseu embarcou para a Costa d'África no lúgar *Brazil*, com sete outros passageiros, africanos na sua maioria. No registro da saída, consta que Eliseu era responsável por um menino crioulo. Mas a criança não se chamava Martiniano; o nome que aparece é Lauriano. Poderíamos imaginar que, na realidade, fosse Martiniano e que o nome na lista de passageiros resultasse de um erro de transcrição, mas o registro dos passaportes emitidos em Salvador nesse período deixa claro que realmente era outra pessoa. Lauriano é descrito como um crioulo livre de dez anos de idade, que viajara "na companhia do africano liberto Eliseu do Bonfim, a requerimento do seu tutor, João Teixeira de Carvalho." Este último, um crioulo livre, tinha ido a Lagos em 1868. Talvez tenha sido de lá que mandou dizer a Eliseu para levar Lauriano. Seja como for, Eliseu não foi o único africano liberto vinculado à Casa Branca que se responsabilizou pelos filhos de outros durante suas travessias marítimas, como veremos mais adiante.[17]

Os registros desta viagem à África combinam quase perfeitamente com a memória de Martiniano, porém não há nenhum indício de viagem do próprio Martiniano. Talvez ele fosse um dos muitos viajantes cujos registros desapareceram, devido aos descuidos burocráticos da época ou aos estragos posteriores do tempo. Na sua memória, o nome da escola era Faji School e pertencia a missionários presbiterianos. Segundo ele, seus professores, o Reverendo M. T. John, Michael Thomas Jones e Hezekiah Lewis, eram africanos e entre seus colegas havia dois filhos de Dosomu, o rei de Lagos, Falade e Oguye. Durante seu tempo em Lagos, Martiniano trabalhou como marceneiro e pedreiro, inclusive na construção da catedral católica da cidade, Holy Cross Church, que começou em 1879.[18]

---

17 APEBa, *Polícia. Registros de passaportes, 1875-76,* maço 5904, fl. 345; APEBa, *Policia. Registros de passaportes, 1864-68*, maço 5901, fl. 386; APEBa, *Saída de passageiros (1873-77)*, vol. 52.

18 Turner, "Some Contacts", p. 63. Faji, um distrito no centro de Lagos, inclui parte do bairro brasileiro. Nesse período não havia escolas de presbiterianos na cidade, porém, os anglicanos da Church Missionary Society, fundaram em 1859 a primeira escola de Lagos, vinculada à igreja conhecida como St. Peter's Faji. Até 1871 tinha turmas de 40 alunos matriculados por ano. Pelo menos um dos filhos do obá Dosomu estudou lá: Jean Herskovits Kopytoff, *A Preface to Modern Nigeria: The Sierra Leonians in Yoruba, 1830-1890,* Madison, University of Wisconsin Press, 1965, p. 245 e 250. Provavelmente, foi nessa escola que Martiniano estudou. Sobre a construção da igreja da Holy Cross, ver Cunha, *Negros, estrangeiros,* pp.155-7; e Amos, *Os que voltaram*, pp. 97-9.

Escravidao e suas sombras.indb 73 15/3/2012 13:49:16

Quando Eliseu e Martiniano chegaram à África, o pai de Eliseu já tinha morrido e sua mãe não morava mais em Abeokuta. Vivia em Ibadan, uma cidade poderosa a aproximadamente 150 km de Lagos. Segundo Martiniano, Eliseu não conseguiu rever sua mãe por causa da guerra civil. Desde a destruição de Oyó, na década de 1830, a situação entre os diferentes grupos iorubás era cada vez mais tensa. Uma facção sediada em Ibadan tentava expandir seu controle militar até o litoral e, a partir de 1866, lançou uma série de ataques contra os egbá. Em 1877, estas agressões geraram uma rebelião de outra etnia, os ekiti, e o conflito armado se espalhou, engolindo o resto do território iorubá até 1886. Anos depois, Martiniano contou que, apesar da guerra, sua avó quis levá-lo para morar com ela, e fez até uma tentativa de sequestrá-lo, mas os homens que ela enviou nunca o encontraram sozinho e desistiram, deixando de presente uma iguaria iorubá chamado *adúm*.[19]

Foto de Martiniano do Bonfim



O babalaô Martiniano do Bomfim, em 1941, na sua residência no Caminho Novo do Taboão. Foto: Lorenzo Turner. Acervo do Lorenzo Turner Papers, Anacostia Museum, Washington, D.C.

19 Turner, "Some Contacts", p. 63; Pierson, *Brancos e pretos,* pp. 278-9; Toyin Falola e G.O. Oguntomísín, *Yoruba Warlords of the Nineteenth Century,* Trenton, Africa World Press, 2001, pp. 6-8. Segundo Martiniano, *adúm* era um bolinho de fubá de milho, temperado com cebola e camarão seco e enrolado numa folha, conhecido na Bahia como "bom bocado". A mudança da avó para Ibadan é curiosa, já que a cidade estava em guerra com os egbá.

Escravidao e suas sombras.indb 74 15/3/2012 13:49:17

Quando Martiniano teve este contato com sua avó, Eliseu já tinha voltado ao Brasil, deixando seu filho em Lagos, exatamente como Lourença afirmaria mais tarde à polícia. Chegou à Bahia em 11 de novembro de 1876, no patacho *Alfredo*. Normalmente, a viagem durava entre 21 a 40 dias, mas, quando o *Alfredo* aportou na Bahia tinha passado 66 dias em alto-mar. Além de Eliseu, duas outras passageiras vinculadas à Casa Branca enfrentaram a longa viagem de volta: a africana liberta Justa Marcelina da Silva e sua filha crioula, Francisca. Mãe e filha tinham sido escravas da comadre de Eliseu, a ialorixá do terreiro. Quando Justa e sua filha embarcaram para Lagos, eram libertas havia relativamente pouco tempo. A sua visita àquela cidade, que durou apenas uns quatro meses, provavelmente foi para ver Querina, a filha mais nova de Justa, que morava lá desde 1872, sob os cuidados de outro membro do terreiro da Casa Branca, como veremos.[20]

Naquela viagem do *Alfredo,* havia outros trinta africanos libertos. Todos, inclusive Eliseu e Justa, portavam passaportes ingleses quando passaram pela polícia do porto da Bahia. Assim como Justa, seis outros passageiros tinham permanecido na África por poucos meses, tendo atravessado o mar no mesmo patacho, quando este zarpou da Bahia com destino a Lagos, em 14 de abril do mesmo ano.[21] Esses "súditos ingleses de cor preta", como a polícia baiana os chamava, faziam parte de um crescente grupo de africanos escravizados no Brasil que, após a liberdade, adquiriram esse documento de viagem. Alguns talvez pertencessem à geração anterior de retornados, que chegaram a Lagos na década de 1830, depois da Revolta dos Malês.[22] Mas, outros lá chegaram depois da ocupação inglesa, como Eliseu do Bonfim e Justa. Em 1858, o cônsul inglês de Lagos

20 APEBa, *Entrada de passageiros (1873-79)*, vol. 1; APEBa, *Polícia do Porto. Entrada de embarcações, 1872-78*, maço 5973. Sobre o patacho e outras embarcações da época mencionadas aqui, ver Humberto Leitão e José Vicente Lopes, *Dicionário da linguagem de marinha antiga e atual,* Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974.

21 APEBa, *Entrada de passageiros (1873-79)*, vol. 1; APEBa, *Saída de passageiros (1873-79)*, vol. 1; APEBa, *Polícia do Porto. Entrada de embarcações, 1876*, maço 5959-3. No primeiro registro da polícia do porto, 32 dos passageiros foram descritos como ingleses, mas, num registro posterior sobre o desembarque dos passageiros, quase todos se tornaram "africanos libertos". O único que permaneceu como inglês no segundo registro, o africano Jonas de Champeness, foi também o único que não tinha um nome luso.

22 Robin Law, "Yoruba Liberated Slaves Who Returned to West Africa", in Toyin Falola e Matt D. Childs (orgs.), *The Yoruba Diaspora,* pp. 349-65, esp. p. 356; Reis, *Rebelião escrava,* p. 465.

Escravidao e suas sombras.indb 75 15/3/2012 13:49:17

comentou que muitos dos africanos chegando do Brasil eram de outras regiões da África. Para facilitar o retorno a seus locais de origem, o cônsul emitia passaportes ingleses, com sua assinatura e selo consular. No outro lado do mar, em Salvador, alguns libertos também obtiveram passaportes através do cônsul inglês. Os critérios para a emissão desses documentos não estão claros, mas, até a década de 1880, muitos africanos que atravessaram o Atlântico os tinham.[23]

Esse documento de nacionalidade deve ter sido percebido como vantajoso pelos africanos libertos no Brasil. Sua condição jurídica durante o Império, especialmente na província da Bahia, era precária. Desde os anos 1830, existiam leis que proibiam sua entrada no País e os deixavam vulneráveis à deportação.[24] As leis não foram sempre aplicadas, mas a ameaça sempre existiu. Africanos libertos também foram proibidos de comprar imóveis, eram obrigados a pagar impostos especiais e, ao contrário de estrangeiros dos países europeus, raramente conseguiam se naturalizar como cidadãos brasileiros.[25] A postura do governo inglês, ao conferir-lhes nacionalidade britânica, abria caminho para os africanos residentes no Brasil burlar essas leis discriminatórias.

Quando Lourença deu queixa à polícia baiana contra Eliseu, em dezembro de 1877, um ano tinha transcorrido desde a volta deste no *Alfredo.* O subdelegado em exercício da freguesia de Santana não levou as acusações da mãe muito a sério. No relatório enviado ao chefe da polícia sobre "o ocorrido entre o africano Eliseu e a crioula Lourença, sua concubina", observou que "o africano vive [...] nesta freguesia submisso e não me consta que tenha mau comportamento como diz a apaixonada petição de

23 Nigerian National Archives, Ibadan, CSO 8/1-1, p. 327, *apud* Verger, *Fluxo e Refluxo,* p. 649. Para facilitar as viagens de retornados que quisessem seguir até interiores distantes do litoral, o cônsul emitiu passaportes em árabe: Amos, *Os que voltaram,* p. 92. Na documentação baiana, a primeira menção a africanos libertos com passaportes ingleses é de 19 de novembro de 1859, quando Clemente Medeiros e sua mulher Rita Ribeiro obtiveram passaportes através do consulado britânico na Bahia. Quando tentaram usá-los para ir ao Rio Grande do Sul, foram detidos pela polícia: APEBa, *Polícia do Porto. Visitas do porto, 1850-59*, maço 6426.

24 Cunha, *Negros, estrangeiros,* p. 499; Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil,* São Paulo, Companhia das Letras, 2009, cap.1. Estou agradecida a esta última autora pelas conversas sobre a posse de passaportes ingleses por africanos libertos na Bahia.

25 Cunha, *Negros, estrangeiros,* pp. 74-81; Albuquerque, *O jogo,* pp. 47-64. Para os anos 1860, encontrei apenas cinco africanos com nomes lusófonos que usavam passaportes ingleses, mas até meados da década seguinte, quando Eliseu e Justa receberam os seus, mais de 50 portavam documentos de viagem emitidos pelo cônsul inglês: APEBa, *Polícia. Registros de passaportes, 1865-1879*, maços 5901-5906.

Escravidao e suas sombras.indb 76 15/3/2012 13:49:17

denúncia". Talvez percebendo a falta de apoio à sua causa, no dia seguinte Lourença fez outra queixa, desta vez insinuando a conivência do subdelegado por ter assumido jurisdição alheia, fazendo-a entregar Agostinho a Miguel Vieira da Silva. Ela afirmou que a escritura de perfilhação feita por Eliseu foi apenas uma estratégia para manter controle sobre o menino e que era inválida, porque nela Eliseu declarou ser africano, enquanto "no passaporte que agora tirou para a Costa d'África, dá-se por súdito inglês". Não era uma acusação vazia. Nos registros da polícia baiana consta que, no dia 12 de dezembro daquele ano, foi concedido um visto para Lagos ao africano liberto "Eliseu do Bonfim, súdito inglês, sendo o passaporte dado pelo Cônsul [inglês] nesta Província em 5 de dezembro".[26]

Sem dúvida, Lourença sabia que com esta informação a polícia podia prender o pai do seu filho, e até deportá-lo. Nos últimos meses, o crescente número de africanos libertos que portavam passaportes ingleses tinha gerado um debate legal intenso em Salvador, precipitado pela chegada, em agosto daquele ano, de dezesseis africanos libertos no patacho *Paraguassu,* todos com nomes lusófonos e documentos britânicos. A polícia proibiu-os de desembarcar e confiscou seus passaportes, criando assim um problema diplomático entre o Brasil e a Inglaterra. O cônsul inglês na Bahia os reconheceu como cidadãos de Sua Majestade Britânica e apoiou seu direito de entrar e sair do Brasil sem impedimento. Contudo, depois de meses de discussão, o chefe de polícia decretou sua deportação. Quando Lourença informou à polícia que Eliseu tinha um passaporte inglês, a decisão desse caso era bem recente e, com certeza, motivo de preocupação para todos os africanos libertos da Bahia, sobretudo viajantes transatlânticos como Eliseu.[27]

---

26 "Notificação a requerimento da crioula Lourença Maria da Conceição", fl. 5; APEBa, *Polícia. Registro de passaportes, 1877-79,* maço 5906.

27 Sobre esse incidente, ver Albuquerque, *O jogo,* pp. 47-81. Alguns desses africanos já tinham passado por problemas semelhantes. Foi o caso de Clemente de Medeiros e sua esposa, Ritta Ribeiro, mencionados na nota 22. APEBa, *Polícia do Porto. Visitas do porto, 1850-59*, maço 6426. Dois anos depois do incidente do *Paraguassu,* o patacho *Boa Fé* chegou de Lagos em 26 de novembro de 1879, com oito africanos libertos, todos com passaportes ingleses. A polícia confiscou os passaportes, mas foi apenas uma tentativa de intimidá-los, porque os que tiveram a coragem de reclamar receberam seus documentos de volta. APEBa, *Polícia. Correspondência recebida sobre passaportes, 1878-79*, maço 6344; APEBa, *Polícia. Pedidos de passaportes, 1878-79*, maço 6379.

Escravidao e suas sombras.indb 77 15/3/2012 13:49:17

Felizmente para Eliseu, a polícia não investigou a questão do seu passaporte. Chamaram-no, porém, para interrogatório, poucos dias antes do Natal, sobre o que pretendia com Agostinho. Eliseu assumiu que já tinha marcado uma viagem a Lagos para cuidar dos seus negócios, mas insistiu que iria sozinho. Seu requerimento de permissão para viajar apoia este depoimento. Nesse documento, pedia um visto para ir a Lagos apenas para si mesmo, sem menção a Agostinho. Mas, apesar da falta de evidência para as acusações de Lourença, a polícia decretou que o menino tinha que lhe ser devolvido. Isto foi feito em 22 de janeiro de 1878 pela africana Felicidade, mãe de Martiniano, talvez exercendo sua função familiar como primeira esposa. Seu marido já estava longe, no alto-mar, tendo embarcado para a África em 31 de dezembro, a bordo da mesma embarcação que trouxe os africanos cujos passaportes tinham sido objeto de tanta polêmica, o patacho *Paraguassu*. Nessa viagem, o navio também levava nove africanos desse grupo, deportados pelo governo da Bahia.[28]

Bamboxê Obitikô

Naquela visita a Lagos, aparentemente a segunda, mais uma vez Eliseu do Bonfim permaneceu durante vários meses, voltando à Bahia em 26 de setembro de 1878. Nos registros de embarcações que entraram no porto naquele dia, seu nome consta entre os 22 passageiros que chegaram de Lagos no patacho *Garibaldi*. Eliseu foi descrito apenas como africano liberto, sem menção de seu passaporte inglês. A bordo do mesmo navio veio um africano identificado como Rodolfo Martins. Era uma redução, ao estilo inglês, de Rodolfo Manoel Martins de Andrade, o nome brasileiro do babalaô Bamboxê Obitikô, outra figura importante na nossa história.[29] Além de sacerdote de Ifá, Bamboxê era devoto de Xangô, fato sugerido por seu nome, que significa "ajuda-me a carregar o *oxê*" ou o machado

28 "Notificação a requerimento da crioula Lourença Maria da Conceição", fls. 3, 9 e 30; APEBa, *Saída de passageiros (1877-81)*, vol. 53; *Entrada de passageiros*, vol. 1 (1873-79).

29 APEBa, *Entrada de passageiros (1873-79),* vol. 1; Turner, "Some Contacts", p. 63.

Escravidao e suas sombras.indb 78 15/3/2012 13:49:17

duplo, a principal ferramenta ritual do orixá do trovão.[30] Considerado um dos fundadores da Casa Branca, Bamboxê é saudado no padê, um ritual semiprivado, realizado antes de todas as cerimônias públicas, em homenagem ao orixá Exu e a homens mortais que exerceram papéis de destaque nos primeiros tempos do terreiro.[31] O neto de Bamboxê, Felisberto Sowzer (1877-1940), também se tornou babalaô, e vários dos seus descendentes são sacerdotes respeitados no mundo do candomblé hoje em dia.[32] No outro lado do mar, outro ramo do clã é liderado pelo já idoso Paul Bangbose Martins. Bisneto de Bamboxê via seu filho caçula, Theóphilo, Paul nasceu e foi criado no bairro brasileiro de Lagos. Nos anos 1960 visitou o Brasil pela primeira vez e conheceu seus primos baianos. Os dois lados da família mantêm contato desde então. Na antiga sede da família, na rua Bamgbosé, são cultuados vários orixás, entre os quais Xangô, e também egunguns ou espíritos ancestrais. O mais velho destes, Labo Ajankoro Dugbe-Dugbe, é do ancestral que veio do Brasil, ou seja, Bamboxê Obitikô. [33]

Como já mencionei, algumas versões do mito fundador da Casa Branca dizem que quando Marcelina da Silva retornou da África, Bamboxê veio com ela, como pessoa livre. Uma variação da história sustenta que ele chegou ao Brasil como escravo, e que Marcelina pagou sua carta de alforria. Ainda outra, juntando elementos das duas primeiras, diz que Bamboxê foi escravizado, que sua senhora foi Marcelina e que ele chegou da África junto com ela nessa condição.[34]

---

30 Sobre a etimologia do nome Bamboxê: Lima, "O candomblé da Bahia", p. 71. Segundo o babalaô e estudioso da religiosidade iorubá Wande Abimbola, o nome Obitikô, grafado Owóbítíko em iorubá, sugere uma pessoa bem sucedida, pois literalmente significa "muito dinheiro amontoado": Wande Abimbola, comunicação pessoal, 9/11/2011. Na memória oral, a qualidade do Xangô de Bamboxê era Ogodô: Air José Sowzer, comunicação pessoal, 10/6/2010. Ogodô é uma cidade próxima a Oyó situada na margem do Rio Niger, a fronteira entre o território dos iorubá e o dos tapa ou nupe, terra da mãe de Xangô. Johnson, *History of the Yorubas*, p. 149.

31 Verger, *Orixás,* p. 29. Para uma discussão recente da história desta família com alguns detalhes novos, ver Matory, *Black Atlantic Religion,* pp. 46-7. No panteão iorubá, Exu, dono das encruzilhadas, é o mensageiro dos outros orixás. Cabe notar que os mortais saudados no padê são apenas do sexo masculino.

32 Entre eles, Irene Sowzer Santos, filha de Felisberto, com um terreiro no bairro de Brotas e Air José Sowzer, neto de Felisberto e babalorixá do terreiro do Ilê Odô Ogê (Pilão de Prata), na Boca do Rio, ambos em Salvador. Outra filha de Felisberto, Regina Topázio Sowzer, falecida em 2010, fundou um terreiro em Santa Cruz da Serra, na Baixada Fluminense do rio de Janeiro, lá deixando numerosos descedentes consanguíneos e espirituais.

33 Entrevistas com Irene Sowzer Santos, 2006-08 e Chief Erinfolami, Oloye Otun, 14/9/2010. Ver também "Cartas d'África: Família Bangboshê Martins", http://www2.mre.gov.br/cartafrica/familias/bangboshe.htm, acessado em 26/07/2009. Em outubro de 2010, enquanto eu fazia as últimas correções deste texto, Paul Bamgbosé Martins faleceu em Lagos, aos 84 anos de idade.

34 Verger, *Orixás,* p. 29; Silveira, *O candomblé da Barroquinha,* p. 403.

Escravidao e suas sombras.indb 79 15/3/2012 13:49:17

A documentação mostra que Bamboxê foi escravizado no Brasil, mas que Marcelina não era sua senhora. O babalaô serviu a um português, Manoel Martins de Andrade, e foi batizado com o nome Rodolfo, provavelmente nos anos 1840. Andrade tinha uma pequena fazenda com árvores frutíferas na vila litorânea de Jaguaripe e possuía também propriedades na capital – um grande sobrado na rua do Tijolo, número 18, onde morava com sua família, e três casas térreas na vizinhança, na rua do Saboeiro. Quando morreu, em 1871, deixou dez escravos. Encontrei evidência de pelo menos treze outros que teve entre 1852 e 1861, entre eles dois Rodolfos, dos quais um foi o nosso Bamboxê Obitikô.[35]

Andrade era um senhor intransigente e que quando contrariado o castigo podia ser brutal. Em setembro de 1852, o português recorreu à polícia para disciplinar, Luis nagô, um jovem escravo com 24 anos de idade. No seu pedido, Andrade não relatou os detalhes do caso; explicou apenas que Luis era desobediente e que queria permissão para puni-lo com 400 açoites. A severidade foi excepcional, semelhante aos castigos de alguns insurgentes da Revolta dos Malês. O chefe da polícia considerou o pedido exagerado e autorizou "apenas" 150 chibatadas.[36]

Não encontrei outras referências às relações de Manoel Martins de Andrade com seus cativos, mas com certeza a brutalidade do castigo de Luis – bem como a violência das punições de outros escravos que não chegaram ao conhecimento da polícia – deve ter ficado gravada na memória de todos os cativos que viviam sob o domínio do português. Alguns anos depois desse incidente, Bamboxê conseguiu sua liberdade. Em 22 de maio de 1857, Andrade assinou a carta que conferiu a alforria "ao meu escravo Rodolfo, africano, pelo preço de 1:750$000 réis, que d'ele recebi ao assinar d'esta". O preço foi alto, porque Bamboxê ainda era relativamente jovem,

35 Inventário de Manoel Martins de Andrade, 18/4/1871, *APEBa*, *Inventários*, 03/1292/1761/07; APEBa, *Livro de notas*, vol. 347, fl. 11, *Livro de notas*, vol. 357, fl. 60, e *Livro de notas*, vol. 232, fl. 13; APEBa, *Polícia. Pedidos de passaportes, 1852-53*, maço 6315; Arquivo Municipal de Salvador (doravante AMS), *Escrituras de compra e venda de escravos. Freguesia da Sé (1852-54)*, vol. 6, fl. 58v, e (1859-63), vol. 10, fl. 29; AMS, *Escrituras de compra e venda de escravos. Freguesia da Conceição da Praia (1853-55)*, vol. 6, fl. 33.

36 APEBa, *Polícia. Pedidos de passaportes, 1852-53*, maço 6315. Em 1858, Andrade pediu um passaporte para Luis, para o Rio de Janeiro, provavelmente para vendê-lo no tráfico interprovincial. APEBa, *Polícia. Correspondência recebida sobre passaportes, 1859-60*, maço 6323.

Escravidao e suas sombras.indb 80 15/3/2012 13:49:17

e talvez mestre de algum ofício rentável.[37] Preocupado que Andrade renegasse o acordo, Bamboxê não perdeu tempo. No dia seguinte, registrou a carta em um tabelião.

Seja ou não verdade que Bamboxê chegou à Bahia no mesmo navio que Marcelina, é evidente que ela realmente estava envolvida na sua manumissão. No mesmo dia em que Bamboxê foi ao cartório, Marcelina da Silva vendeu um escravo africano a Manoel Martins de Andrade por 850$000 réis – a metade do valor que Bamboxê tinha acabado de pagar por sua liberdade.[38] Considerando a data e o preço dessa venda, parece claro que Marcelina pretendia compensar o português pela perda dos serviços de Bamboxê, fornecendo-lhe outro cativo. Andrade saiu muito bem do negócio: um novo escravo e 900$000 réis a mais no bolso.

É provável que a intervenção da ialorixá tenha deixado Bamboxê com uma dívida ética e financeira, que, talvez, até o obrigasse a servi-la durante um tempo como retribuição pelo favor. Segundo o sistema iorubá de *iwofa*, quando alguém tomava um empréstimo, o devedor, ou um substituto arranjado por ele, tinha que servir ao credor por um determinado número de horas a cada semana, até completar o pagamento da dívida. Não era escravidão: o serviço era limitado. Mas envolvia trabalho obrigatório realizado para alguém de posição econômica mais privilegiada. João José Reis cita vários casos na Bahia, no mesmo período, de contratos entre devedores e credores africanos que sugerem que o sistema de *iwofa* persistiu no Brasil. Diante desse costume, a versão da tradição oral, de que Bamboxê era escravo de Marcelina, pode ser interpretada como uma lembrança alegórica das relações de poder geradas pelo envolvimento da ialorixá na alforria do babalaô. [39]

---

37 APEBa, *Livro de notas*, vol. 334, fl. 32v. Um registro de 1873 dá a Bamboxê 55 anos de idade, o que significa que em 1857 teria 39. APEBa, *Polícia. Registros de passaportes, 1873-74*, maço 5903, fl. 34. Sobre preços de escravos na Bahia, ver Kátia Mattoso, Herbert S. Klein e Stanley L. Engerman. "Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-88", in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1988), pp. 60-72.

38 AMS, *Escrituras de compra e venda de escravos. Freguesia da Sé (1856-58)*, vol. 8, fl. 102. No Brasil, o preço de alforria geralmente refletia o valor de mercado do escravo, levando em conta idade, habilidades especiais e saúde. Vale constatar que Marcelina tinha comprado o escravo há apenas alguns meses, pelo mesmo preço que depois o vendeu. APEBa, *Livro de notas*, vol. 329, fls. 71v-72.

39 Entre os casos citados por Reis, há o do africano liberto Antão Teixeira que, em 1856, emprestou 850$000 réis a um escravo para sua alforria. Foram acordados juros de 2% ao mês, que seriam pagos em

Escravidao e suas sombras.indb 81 15/3/2012 13:49:17

Uma vez liberto, Bamboxê acrescentou o nome completo do seu ex-senhor ao seu nome de batismo, tornando-se Rodolfo Manoel Martins de Andrade. Em pouquíssimo tempo passou a ser senhor de escravos. Em 2 de setembro de 1858, comprou Pedro, um africano que fazia serviço doméstico e que tinha 50 anos de idade. Provavelmente devido à idade do escravo, o preço foi baixo: 300$000 réis.[40] Em agosto de 1864, Bamboxê comprou Cypriano, de serviço de lavoura, também africano e da mesma faixa etária, pagando novamente 300$000. Talvez, nessas compras de mão-de-obra "de segunda", o babalaô estivesse seguindo uma lógica africana. Um verso de Ifá relembra que o primeiro cativo do orixá Oxalá era aleijado. Inicialmente ele se arrependeu desta compra, mas foi surpreendido, pois o escravo lhe trouxe riqueza e boa sorte.[41]

Apenas dois anos depois de comprar Cypriano, Bamboxê o vendeu pelo mesmo preço que o adquirira, talvez precisando de dinheiro líquido, pois tinha acabado de comprar uma casa. Localizada na estrada de Pau Miúdo, uma pequena vila da periferia semirrural da freguesia de Santo Antônio, a casa era humilde, com paredes de taipa, coberta por telhas. Tinha dois quartos, cozinha, sala e quintal. O terreno tinha nove braças de frente e trinta de fundo. A escritura, datada de 28 de abril de 1866, informa que Bamboxê já residia na freguesia, e também que já era pai: a propriedade foi registrada no nome de uma filha, Júlia. Para africanos libertos que tinham condição econômica de adquirir imóveis, colocar a propriedade no nome de um filho não era apenas um gesto de carinho paternal, mas uma estratégia comum para contornar a lei implementada

---

serviços prestados: Reis, *Domingos Sodré,* pp. 259-63. Estritamente falando, o trabalho do *iwofa* correspondia apenas aos juros acumulados sobre o valor do empréstimo. Sobre *iwofa*, ver Toyin Falola, "Slavery and Pawnship in the Nineteenth Century Economy of the Yoruba", *Slavery & Abolition,* vol. 15, no 2 (1994), pp. 221-45. Ver também Johnson, *The History of the Yorubas,* pp. 126-30.

40 AMS, *Escrituras de compra e venda de escravos. Freguesia da Rua do Passo (1867-71)*, vol. 2, fl. 23; Mattoso *et alli*, "Notas sobre as tendências".

41 AMS, *Escrituras de compra e venda de escravos. Freguesia da Sé (1863-65)*, vol. 14, fl. 63, e *Freguesia de Santo Antonio (1865-69)*, vol. 5, fl. 12v; APEBa, *Livro de notas*, vol. 385, fls. 92v-93. Para o verso de Ifá, ver Ayò Salami, *Ifá: A Complete Divination,* Oyó, NIDD Publishing and Printing Ltd., 2002, pp. 46-7. Este verso explica porque Oxalá é considerado o protetor de deficientes físicos. Cabe notar que outro babalaô na Bahia oitocentista, Domingos Sodré, também iniciou suas compras de escravos com cativos "de segunda": Reis, *Domingos Sodré,* pp. 288-90.

Escravidao e suas sombras.indb 82 15/3/2012 13:49:17

pelo governo provincial, após a insurreição de escravos de 1835, que proibia africanos de comprar propriedades imóveis.[42]

Depois da compra da casa, o próximo registro que encontrei de Bamboxê foi de vários anos depois quando, em 16 de março de 1872, pediu um passaporte para viajar a Pernambuco. Naquela época, passaportes eram necessários não apenas para viagens para fora do país, mas também para ir a outras províncias. Para um negro obter permissão para viajar, tinha que comprovar que não era escravo. No caso de negros livres, a certidão de batismo era aceita, mas no caso do ex-escravo exigia-se a carta de alforria, original ou cópia autenticada por um tabelião. Para viagens subsequentes, bastava o passaporte vencido. Ao pedido de passaporte de Bamboxê está anexada a carta de alforria original, sinalizando que era sua primeira saída da Bahia como liberto: uma folha de papel desgastada, enrugada e um pouco suja, pelos quinze anos que passou dobrada no bolso.

Joaquim Vieira da Silva

No dia seguinte à solicitação de Bamboxê, a polícia recebeu outro pedido de passaporte para Pernambuco, este do africano liberto Joaquim Vieira da Silva. Sua carta de alforria, emitida em 1870, foi registrada no cartório no dia anterior ao da sua solicitação, sem dúvida uma precaução contra o extravio do documento entregue com o requerimento do passaporte.[43] Lembrado como amigo inseparável de Bamboxê, Joaquim Vieira da Silva foi outra figura importante na história da Casa Branca. Como Bamboxê, era devoto de Xangô e hoje também é saudado durante a ceri-

42 APEBa, *Livro de notas*, vol. 385, fls. 92v-93; Cunha, *Negros, estrangeiros,* p. 77; Reis, *Rebelião escrava,* p. 499; *idem*, *Domingos Sodré,* pp. 245-6; e Maria Inês Cortes de Oliveira, *O liberto: seu mundo e os outros*, Salvador, Corrupio, 1988, p. 40. Segundo uma anotação do subdelegado de Santo Antônio na carta de alforria de Bamboxê, ele se mudou para a freguesia em 1861. APEBa, *Polícia. Pedidos de passaportes, 1870-72*, maço 6372. A casa foi edificada em terreno foreiro à Quinta dos Lázaros, um dos hospitais da cidade.

43 APEBa, *Polícia. Pedidos de passaportes, 1870-72*, maço 6372. Viajou junto com Joaquim uma africana liberta, Isabel Teixeira de Sacramento. O original da sua carta de alforria, anexa ao pedido, foi comprada em setembro de 1865 por 1:350$000. Sua senhora, também africana liberta, morava na freguesia da Sé.

Escravidao e suas sombras.indb 83 15/3/2012 13:49:17

mônia do padê. Conta-se que Joaquim também tinha um terreiro, na área de Santa Cruz, próxima do povoado do Rio Vermelho.[44]

Segundo sua carta de liberdade, Joaquim tinha quarenta anos de idade no dia de sua manumissão. O documento também identificou sua profissão: marinheiro. Seu senhor, Antônio Vieira da Silva, era um imigrante português semiletrado que acumulou vasta fortuna durante o período ilegal do tráfico transatlântico de escravos. Começou como caixa e tornou-se sócio de certo Manoel Durães Lopes Vianna, cujas embarcações foram apresadas diversas vezes pelos ingleses, entre elas a escuna *Graciosa Vingativa,* condenada em 1845 pelo Tribunal da Comissão Mista Luso-Inglesa em Luanda.[45]

Antônio Vieira da Silva dividia seu tempo entre Ouidah e a Bahia. Em Salvador, morava num sobrado de dois andares na rua Portão da Piedade, freguesia de São Pedro, e emprestava dinheiro a juros. Como hipoteca, os devedores ofereciam casas e escravos. Mediante eventuais falhas nos pagamentos, Silva se tornou proprietário de muitas propriedades hipotecadas, aumentando assim o capital acumulado no tráfico. Quando morreu, em agosto de 1866, era proprietário de cerca de cinquenta escravos, mais de trinta imóveis e 200 contos em dinheiro e letras. No seu testamento, Silva concedeu liberdade a mais de dez escravos, entre eles Joaquim e vários outros marinheiros.

Não está claro por quanto tempo Joaquim tenha sido cativo quando seu senhor morreu, mas parece provável que tenha sido escravizado na década de 1840, talvez vendido ao seu senhor por um dos atravessadores em Ouidah de quem era cliente, como Antônio e Ignácio Félix de Souza, filhos do poderoso mercador de escravos Francisco Félix de Souza, o "Chachá".[46] Já que Antonio Vieira da Silva era envolvido no tráfico transatlântico de

---

44 Para um resumo da memória oral sobre Joaquim Vieira da Silva, ver Lima, "O candomblé na década de trinta", p. 71; Verger, *Orixás,* p. 30; Deoscóredes M. dos Santos, *História de um terreiro nagô,* São Paulo, Carthage & Forte, 1994, p. 10.

45 O navio foi apreendido em 1845. Cf. www.slavevoyages.org, viagem no 3547, acessado em 26/07/2009.

46 Inventário de Antônio Vieira da Silva, 26/07/1866, APEBa, *Auto Cível*, 07/2967/31; Antônio Vieira da Silva vs. Manoel Durães Lopes Vianna (1858), APEBa, *Auto Cível,* 48/1723/3, fls. 12-14. Sobre Francisco Félix de Souza, Robin Law, *Ouidah: The Social History of a West African Slaving "Port" (1727-1892*), Oxford, Oxford University Press, 2004, esp. cap. 5; e Alberto da Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos,* Rio de Janeiro, Editora UERJ, 2004.

Escravidao e suas sombras.indb 84 15/3/2012 13:49:17

escravos, podemos supor que Joaquim aprendeu o ofício de marinheiro em navios negreiros. O historiador Jaime Rodrigues estima que 17% dos tripulantes de navios negreiros no período 1780-1863 eram africanos da Costa da Mina. Este autor sugere que esses tripulantes livres e escravos tenham sido valorizados pelos mestres dos navios por seu conhecimento de línguas africanas, habilidade que os tornava úteis como intérpretes que transmitiam ordens aos cativos e mantinham a tripulação informada sobre "o que murmuravam ou tramavam os que vinham encarcerados".[47] Por outro lado, se o marinheiro africano tinha vivenciado a escravidão no Brasil e falava a língua dos cativos no porão, podia lhes passar informações importantes sobre o sistema escravocrata que lhes esperava no outro lado do Atlântico.

Embora a importação de escravos africanos para o Brasil tenha terminado efetivamente no final de 1850, a documentação sugere que Antônio Vieira da Silva demorou a fazer a transição para o comércio lícito. Com o fim do lucrativo tráfico para o Brasil, ainda restava o mercado cubano. Numa carta a Manoel Durães Lopes Vianna, escrita em Ouidah em janeiro de 1854, Silva comentava que "nesta data já V.M. deve estar embolsado do dinheiro da Havana", porque "alguns aqui já o seu receberam", sem dúvida se referindo aos outros traficantes estabelecidos naquele porto.[48]

Há outros indícios de que nessa altura Silva e Vianna ainda não tinham desistido do comércio de seres humanos. Em junho do ano anterior, o palhabote *Águia,* do qual eram co-proprietários, tinha sido apresado pelos britânicos no porto de Agüé, acusado de estar se preparando para embarcar escravos. No momento da captura, havia 15 tripulantes a bordo, descritos pelos ingleses como "portugueses, mulatos e pretos [*blacks*]", mas os únicos nomes mencionados foram os do mestre, Antonio Alves de Amorim, e de Antonio Vieira da Silva, este último descrito como

47 Jaime Rodrigues, *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860),* São Paulo, Companhia das Letras, 2005, caps. 5 e 6, esp. p. 191 e 205. Para mais sobre mão-de-obra africana, liberta e escrava, no tráfico negreiro, ver João José Reis, Flavio Gomes e Marcos Carvalho, *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro, 1822-1853,* São Paulo, Companhia das Letras, 2010, e Robin Law e Paul Lovejoy (orgs.), *The Biography of Mahommah Gardo Baquaqua: His Passage from Slavery to Freedom in Africa and America,* Princeton, Marcus Wiener Publishers, 2007.

48 Antônio Vieira da Silva vs Manoel Durães Lopes Vianna (1855), APEBa, *Auto Cível*, 51/1826/13, fl. 251.

Escravidao e suas sombras.indb 85 15/3/2012 13:49:17

"supercargo", ou seja, a pessoa rsponsável pela carga do navio. O navio foi escoltado a Luanda e lá processado no Tribunal da Comissão Mista. Uma das várias evidências contra o *Águia* foi a presença de um enorme estoque de milho, muito mais do que era necessário para alimentar a tripulação. O milho não constava na lista de carga a ser comprada na África; a mercadoria ostensível era azeite de dendê, mas dele havia quase nada no navio. O *Águia* também carregava mais de cem cuias, comumente usadas como pratos em navios negreiros, e centenas de esteiras, que serviam de cama para cativos. O que também não ajudou o navio foi o fato de Julião Félix de Souza, outro filho de Chachá, fazer parte da sua tripulação. Processado em setembro de 1853, o *Águia* conseguiu se livrar da condenação por causa de pequenas irregularidades cometidas pelos ingleses durante sua apreensão, mas os termos do julgamento proibiram Silva e Vianna de reivindicar indenização pelas perdas e despesas incorridas. Ainda foram obrigados a pagar todos os custos e honorários associados ao processo jurídico.[49]

Desentendimentos entre os dois sócios sobre os prejuízos gerados pelo incidente levaram a três imensos processos cíveis, nos quais trocaram acusações sobre os valores investidos por cada um ao longo da sua parceria comercial, nas entrelinhas deixando transparecer detalhes do seu envolvimento no tráfico clandestino na década de 1840. A sociedade foi dissolvida em 1858 e o *Águia* adjudicado a Vianna. Em janeiro de 1859, Silva voltou a Ouidah. No início dos anos 1860, reaparece na documentação baiana, já proprietário de dois outros navios, a barca *Henriqueta* e o patacho *Barros 1º*, levando escravos, cachaça, sal e, de vez em quando, passageiros livres e libertos, ao Rio de Janeiro e ao Rio Grande do Sul. Nas voltas, traziam carne seca à Bahia. Viajavam também a Aracaju, com madeira, e a Fortaleza, com fumo. Seus consignatários incluíam Joaquim Pereira Marinho e Antonio Pedroso de Albuquerque, grandes traficantes

49 Antônio Vieira da Silva vs. Manoel Durães Lopes Vianna (1858); Her Majesty's Commissioners to the Earl of Clarendon, 18 de outubro de 1853, Correspondence with British Commissioners at Sierra Leone, Havana, the Cape of Good Hope and Loanda, 1 de abril de 1853 – 31 de março de 1854, House of Commons Parliamentary Papers. Agradeço a Manuel Barcia por ter localizado este último documento. Sobre "Zé Alfaiate", ver Verger, *Fluxo e Refluxo*, p. 504.

Escravidao e suas sombras.indb 86 15/3/2012 13:49:17

negreiros que, após a cessão do comércio atlântico, entraram no tráfico interprovincial.[50]

Nessas viagens, a *Henriqueta* e o *Barros 1º* tinham tripulações de doze a catorze pessoas, mas os nomes não constam, o que nos deixa sem saber como o escravo marujo nagô chamado Joaquim nagô figurava nos negócios de seu senhor. Porém, diante de tantas viagens, aos mais diversos portos do mundo Atlântico e do Império, parece provável que Joaquim tenha ido a alguns desses lugares, inclusive ao continente natal. Se não como tripulante nas embarcações de seu senhor, quiçá alugado a algum mestre ou proprietário de outro navio.[51]

Como já foi dito, a tradição oral do candomblé diz que Joaquim e Bamboxê eram grandes amigos. Exatamente quando os dois se conheceram não está claro, mas, em novembro de 1866, "Joaquim Antonio Vieira da Silva" aparece num livro de batismos da freguesia de Santo Antônio como padrinho de uma crioula recém-nascida, Theodoria.[52] O registro não menciona o lugar de residência da mãe, a africana liberta Maria do Bonfim, nem do padrinho, mas observa que a madrinha, Maria do Carmo, morava no Pau Miúdo, perto de onde morava também Bamboxê. Podemos especular, então, que se Joaquim não conhecia Bamboxê antes deste período, poderiam ter-se conhecido por aí.

A memória de que Bamboxê Obitikô e Joaquim Vieira da Silva participaram da fundação da Casa Branca é útil para tentar estabelecer uma parte ainda elusiva da história do terreiro: a data da sua mudança para o local atual, no bairro do Engenho Velho da Federação. Na época de Iyá Nassô, o terreiro funcionava no centro da cidade de Salvador, mas esse período provavelmente se encerrou em 1837, quando ela juntou sua família, escravos e agregados – nesta última categoria estava Marcelina da Silva – e

---

50 APEBa, *Polícia do Porto. Saídas de embarcações, 1858-69*, maços 5963 a 5965; APEBa, *Polícia do Porto. Entradas de embarcações 1861-64*, maço 5971. Sobre Albuquerque e Marinho, ver Verger, *Fluxo e Refluxo,* cap. 12.

51 Antônio Vieira da Silva vs. Manoel Durães Lopes Vianna (1855); Antônio Vieira da Silva vs. Manoel Durães Lopes Vianna (1858); Antônio Vieira da Silva vs. Manoel Durães Lopes Vianna (1855), APEBa, *Auto Cível*, 50/1796/20; Inventário de Antonio Vieira da Silva. Sobre escravos marinheiros alugados por seus senhores, ver Rodrigues, *De costa a costa,* pp. 161-2.

52 Santos, *História de um terreiro,* p. 10; ACMS, *Livro de registro de batismos. Freguesia de Santo Antonio, 1852-69*, fl. 234.

Escravidao e suas sombras.indb 87 15/3/2012 13:49:17

viajou para a África. A mudança para o Engenho Velho deve ter ocorrido em algum momento depois da volta de Marcelina à Bahia, em 1839, mas a primeira evidência da presença do terreiro no Engenho Velho é de 1892. Nessa altura já possuía edificações bem estruturadas, o que sugere que estava no local há alguns anos.[53]

Se Bamboxê participou das cerimônias inaugurais do novo local, parece provável que tenham acontecido em algum momento depois da sua liberdade em 1857, quando teria mais autonomia para participar de cerimônias religiosas prolongadas. Lembremos também que o envolvimento de Marcelina da Silva na alforria de Bamboxê pode tê-lo deixado com uma dívida com ela. Se o babalaô serviu a ialorixá como *iwofa,* a assistência dele nos rituais para estabelecer o terreiro em novo local poderia ter sido um dos termos do acordo entre os dois. Por outro lado, Joaquim Vieira da Silva também é lembrado como participante na fundação do terreiro, e como era marinheiro durante o cativeiro, deve ter passado muito tempo em viagens no alto-mar, o que pode ter dificultado seu envolvimento em rituais religiosas em Salvador. Quando Bamboxê se libertou do cativeiro, Joaquim era escravo ainda. Obteve sua alforria por verba testamental do seu senhor, em 1866, mas este estipulou que servisse a seus herdeiros durante três anos. Assim, a carta de liberdade de Joaquim foi emitida em setembro de 1870.

Se aceitarmos que a mudança provavelmente aconteceu depois de setembro de 1870, quando Joaquim recebeu sua carta de liberdade, poderíamos ainda arriscar que teria ocorrido antes de março de 1872, quando

53 Castillo e Parés, "Marcelina da Silva", pp. 142-3. Pierre Verger cita uma matéria publicada no *Jornal da Bahia*, em 3/5/1855, sobre a prisão de um grupo de africanos, crioulos e pardos, no Engenho Velho, "numa reunião que chamavam de candomblé". Uma das crioulas se chamava Escolástica Maria da Conceição, o mesmo nome com que seria batizada Mãe Menininha do Gantois, anos depois, em 1894. Segundo Verger, por serem homônimas, a mulher presa em 1855 e Mãe Menininha seriam parentes, e o "Engenho Velho" mencionado no jornal seria o terreiro da Casa Branca (Verger, *Orixás,* p. 29), argumento defendido também por Silveira (*O candomblé da Barroquinha*, p. 530). Contudo, o nome Escolástica, fora do comum hoje, era relativamente comum no século XIX e muitas mulheres acrescentavam o nome devocional Maria da Conceição aos seus nomes de batismo. Não foram poucas as mulheres chamadas Escolástica Maria da Conceição. Ademais, a Casa Branca não era o único terreiro na área denominada Engenho Velho: Parés, *A formação do candomblé,* p. 172 e 205, notas 12 e 23. Por outro lado, em 18/2/1864, o jornal *O Alabama* reclamou de um candomblé no Engenho Velho "de que é mamãe a crioula Maria Júlia", com uma filha de santo chamada Theóphila. Nessa época, a *iakêkerê* (segunda no comando) da Casa Branca era Maria Júlia Figueiredo, crioula, e entre as filhas de santo havia uma de nome Theóphila (Lima, *O candomblé nos anos 30,* p. 57). Contudo, é preciso mais evidência para confirmar que se tratasse do Ilê Iyá Nassô.

Escravidao e suas sombras.indb 88 15/3/2012 13:49:17

Bamboxê e Joaquim foram a Pernambuco. Porque essa viagem marcou, para Joaquim, o início de uma longa estada naquela província, e na vida do babalaô, o começo de um período de viagens itinerantes que duraria mais de vinte anos, no qual atravessou o Atlântico várias vezes, como o fizeram outros parentes seus, tema da próxima seção.

Foto de libertos no navio



Pertencente ao acervo de Lorenzo Turner, esta foto, tirada em 1909, é de libertos que embarcavam para Lagos a bordo do navio *Cecília*. Provavelmente Turner obteve esta imagem de Martiniano do Bonfim, fonte das informações sobre ela. *Acervo do Lorenzo Turner Papers, Anacostia Museum, Washington, D.C.*

Uma rede sociorreligiosa de viajantes

Depois da viagem de Bamboxê Obitikô e Joaquim Vieira da Silva a Pernambuco, em 1872, a próxima notícia que encontrei deles vem de meados de 1873. Os registros de passaportes emitidos na Bahia mostram que, no dia 10 de junho, o "preto liberto com 50 anos de idade, de nação mina", chamado Rodolfo Manoel Martins de Andrade, pediu permissão para viajar à Costa da África, levando na sua companhia seus três filhos: Júlia, com

Escravidao e suas sombras.indb 89 15/3/2012 13:49:18

17 anos, Lucrécia, com 13, e o pequeno Theóphilo, com apenas sete. Essa viagem foi, provavelmente, a primeira volta de Bamboxê ao continente africano. Durante a travessia marítima, ele também seria responsável por dois crioulos livres e menores de idade: Cosme, com 13 anos, e Rosália, que aos 18 anos, legalmente, não tinha atingido ainda a maioridade. Cosme e Rosália tinham feito uma viagem de dois dias, de Recife a Salvador, para se integrar ao grupo, provavelmente na companhia de Feliciana Maria da Conceição, uma crioula liberta de 24 anos, natural de Pernambuco, que também iria à África.[54] Sem dúvida, a presença desses três pernambucanos no grupo está relacionada à viagem recente de Bamboxê àquela província.

O grupo teve que esperar dois meses para viajar. No dia 7 de agosto, Bamboxê, Feliciana e os cinco jovens deixaram o Brasil a bordo do *Bemvindo,* um brigue português, com quinze outros passageiros, africanos na sua maioria. Dez dias depois da saída do navio, Joaquim Vieira da Silva viajou para Recife de novo, talvez levando as notícias de que a viagem transatlântica do grupo já tinha começado.[55] Seja qual for o motivo para sua ida, Joaquim permaneceu na capital pernambucana durante muitos anos, como veremos mais adiante.

Oito meses antes da viagem de Bamboxê e seu grupo, outro africano liberto, Eduardo Américo de Souza, também tinha deixado a Bahia para ir à África com cinco crianças crioulas. Nesse grupo também alguns eram de Pernambuco: um menino de oito anos, chamado Carlos, outro também chamado Carlos, mas com dez anos, e uma menina, Francisca, de dez anos de idade. Seus pedidos de passaporte têm a mesma data, 25 de novembro de 1872.[56]

Como Bamboxê e Eliseu do Bonfim, Eduardo é descrito como "mina". No cativeiro, Eduardo serviu a Américo de Souza Gomes, um bacharel

54 APEBa, *Polícia. Registros de passaportes, 1873-74*, maço 5903, fls. 34-35.

55 APEBa, *Saída de passageiros (1873-77)*, vol. 52. Cinco dos outros africanos libertos que viajaram no *Bemvindo* pediram seus passaportes no mesmo dia em que Bamboxê e seu grupo, o que sugere a possibilidade de que também fossem vinculados ao grupo do babalaô., APEBa, *Polícia. Registros de passaportes, 1873-74*, maço 5903.

56 APEBa, *Polícia*. *Correspondência recebida sobre passaportes, 1847-72*, maço 6354.

Escravidao e suas sombras.indb 90 15/3/2012 13:49:18

formado que circulava entre a elite do governo e ocupou vários cargos importantes. Promotor Interino da Comarca da Capital no início dos anos 1850, em 1854 ele saiu desse cargo para assumir o de Curador dos Africanos Livres. Em 1864, foi candidato a juiz de paz da freguesia de Santana, onde residia na rua da Jaqueira, próxima à rua da Poeira, onde morava Eliseu do Bonfim.[57] Eduardo comprou sua liberdade, em 1860, por 1:550$000 réis e, em 1865, comprou duas escravas africanas. Três anos depois, em 2 de abril de 1868, pediu passaporte para a Costa da África, vendendo em seguida uma das escravas, provavelmente para custear as despesas da viagem. Tinha então 35 anos. É possível que Eduardo tenha viajado com o crioulo João Teixeira de Carvalho, tutor do menino que Eliseu do Bonfim levaria a Lagos alguns anos depois. Nos registros de passaportes emitidos nessa época, consta que João recebeu seu passaporte para se dirigir à África dois dias depois que Eduardo.[58]

Eduardo Américo permaneceu na África por quatro anos. Quando voltou à Bahia, em 19 de julho de 1872, na escuna brasileira *Tejo,* já portava um passaporte inglês. Poucas semanas depois foi a Pernambuco, aonde, como vimos, Bamboxê e Joaquim tinham ido quatro meses antes. Quando Eduardo retornou à Bahia, em 12 de setembro do mesmo ano, trouxe as três crianças que iriam com ele a Lagos. Antes do embarque, as mães dos meninos, todas africanas libertas, foram à igreja para obter cópias dos registros de batismo, essencial para a emissão dos passaportes.[59]

Na Bahia, juntaram-se ao grupo mais duas crianças: Sophia, de 15 anos, filha de uma africana liberta chamada Esperança Ritta Pereira, e

---

57 Francisco Marques de Araújo Góes a João Maurício Wanderley, Presidente da Província, 21/4/1854, APEBa, *Justiça. Juízo de Feitos da Fazenda, 1828-89*, maço 2667; Correspondência a João Maurício Wanderley, Presidente da Província, 30/11/1853, APEBa, *Escravos, 1825-87*, maço 2896; *O Alabama,* 21/11/1867 e 2/8/1864; Matrícula de ganhador de Patrício, Platão e Rufo, escravos de Américo de Souza Gomes, 16/6/1857, AMS, *Câmara de Vereadores, 1857*.

58 APEBa, *Livro de notas*, vol. 354, fl. 58v; APEBa, *Polícia. Registros de passaportes 1864-68*, maço 5901, fl. 384v; AMS, *Escrituras de compra e venda de escravos. Freguesia da Conceição da Praia (1864-65)*, vol. 14, fls. 75v e 83, *Freguesia da Sé (1865-67)*, vol. 15, fl. 36v; Segundo Pierre Verger, Eduardo era da etnia egbá: Verger, *Orixás,* p. 32.

59 Custódio de Figueiredo ao Chefe da Polícia, 19/6/1872 e 13/9/1872, APEBa, *Polícia do Porto. Visitas do porto, 1870-79*, maço 6428; Requerimentos de Germana Maria da Conceição, Rosa da Costa e Roza Maria da Conceição, africanas libertas, ao Chefe da Polícia, 26/11/1872, APEBa, *Polícia. Pedidos de passaportes 1847-72,* maço 6354

Escravidao e suas sombras.indb 91 15/3/2012 13:49:18

Querina, com 12 anos. A única no grupo que nasceu escrava, Querina era a filha caçula de Justa, a ex-escrava de Marcelina da Silva que encontramos voltando de Lagos com Eliseu do Bonfim. Quando, em maio de 1872, Justa pagou 900$000 réis à sua ex-senhora pela liberdade de Querina, provavelmente já sabia da viagem à África então em fase de planejamento. Para enviar sua filha com o grupo, teria primeiro que resgatá-la do cativeiro.

As idas paralelas de Bamboxê e Eduardo a Pernambuco, seguidas de viagens à África, ambos com grupos de crianças, alguns de Pernambuco, sugerem que os dois estavam trabalhando em parceria. A presença de Querina no grupo de Eduardo confirma isso. Ela e sua mãe, como escravas de Marcelina da Silva, seguramente participavam do terreiro liderado pela sua senhora, o que significa que conheciam também Bamboxê. Já que Justa confiou sua filha aos cuidados de Eduardo, podemos imaginar que ele frequentasse a comunidade religiosa chefiada por Marcelina da Silva.

Seguramente, nos quatro anos que passou em Lagos, entre 1868 e 1872, Eduardo adquiriu contatos que provavelmente forneceram hospedagem e outras formas de assistência na sua volta posterior com as crianças. Nesse aspecto, é provável que Bamboxê dependesse de Eduardo, pois tinha passado longos anos no Brasil sem retornar ao continente negro. Mas, Bamboxê deve ter trazido à parceria com Eduardo contatos da sua rede sociorreligiosa no Brasil. Quando ele e Joaquim viajaram a Pernambuco, em março de 1872, Eduardo ainda estava na África. Não é claro se a ida de Eduardo àquela província, alguns meses depois, foi para encontrar os outros dois, mas, com certeza, Eduardo dependia do trabalho de organização e divulgação lá feito por Bamboxê e Joaquim. Como estes se comunicavam com Eduardo antes de sua volta da África também não é claro. Talvez terceiros levassem e trouxessem mensagens verbais ou cartas redigidas por outrem. De qualquer forma, a superação das dificuldades impostas pela separação geográfica requereu muita articulação, o que sugere que os três participavam de uma rede de solidariedade sociorreligiosa baseada na Bahia, que ajudava libertos em outras partes do Brasil a retomar contato com a África, para voltar a viver por lá e, talvez, reconstruir laços de família e amizade despedaçados pela escravidão. Já que Bamboxê,

Escravidao e suas sombras.indb 92 15/3/2012 13:49:18

Joaquim e, muito provavelmente, Eduardo eram ligados à Casa Branca, podemos supor que Marcelina da Silva teria ciência dessa rede e oferecia seu apoio, tácito ou ativo. Quarenta anos antes, Marcelina também tinha retornado ao continente africano junto com Iyá Nassô, sua ialorixá e ex-senhora. Iyá Nassô e sua família fixaram residência em Ouidah. Marcelina voltou ao Brasil em 1839, mas sua filha ficou na África, retornando em 1859. Apesar da distância, mantiveram contato, provavelmente através de mensagens levadas por outros viajantes e cartas eventuais.[60]

Sem dúvida, as travessias marítimas de Eduardo Américo e Bamboxê Obitikô foram motivadas pelas necessidades de pessoas que faziam parte de sua rede de contatos, mas também se inseriam no quadro maior de relações entre o Brasil e a África Ocidental, renovadas em novas bases depois da extinção da participação brasileira no tráfico transatlântico em 1850 e – talvez mais importante – da ocupação de Lagos pelos ingleses no ano seguinte.[61] A configuração dos grupos levados por Eduardo e Bamboxê, assim como a viagem de Eliseu do Bonfim com Martiniano e o menor Lauriano – crianças nascidas no Brasil, acompanhadas por adultos africanos – apontam para um aspecto às vezes esquecido em discussões sobre viagens de negros à África, no século XIX: muitas das pessoas que "voltaram" à África nesse período, na verdade, tinham nascido no Brasil. Em termos numéricos, as migrações da segunda metade do século foram inferiores às dos anos 1830, impulsionadas pela repressão que se seguiu à Revolta dos Malês. Mas, um aspecto interessante das viagens da segunda metade do século, como Luis Nicolau Parés argumenta, é o vaivém do fluxo.[62] Embora as viagens dos ex-escravos à África sejam frequentemente

60 Por exemplo, em 1841, quando os britânicos apresaram o navio *Nova Fortuna* no litoral africano, encontraram uma carta endereçada ao marido de Iyá Nassô, José Pedro Autran, em Ouidah, pelo africano liberto Manoel Joaquim Ricardo, residente na Bahia: Her Majesty's Commissioners to Viscount Palmerston, 22/7/1841, House of Commons Sessional Papers (fev-ago 1841), Londres, William Clowes & Sons, 1842, vol. 42, pp. 151-2. Agradeço a Kristin Mann pela indicação desse documento e a Manoel Barcia por sua localização. Manoel Joaquim Ricardo era um próspero comerciante na Bahia cuja fortuna veio, pelo menos em parte, do tráfico de escravos. Para mais detalhes sobre este personagem, ver Reis, *Domingos Sodré,* pp. 226-49; e idem, "From Slave to (Rich) Freedman: The Story of Manoel Joaquim Ricardo", Comunicação apresentada ao seminário *The Black Atlantic and the Biographical Turn*, National Humanities Center (EUA), 2010.

61 Cunha, *Negros, estrangeiros*; Verger, *Fluxo e refluxo*; Matory, *Black Atlantic Religion*; e Lima e Souza, "Entre margens".

62 Luis Nicolau Parés, "The Birth of the Yoruba Hegemony in Post-Abolition Candomblé", *Journal de la Société des Americanistes de Paris,* vol. 91, no 1 (2005), pp. 139-59.

Escravidao e suas sombras.indb 93 15/3/2012 13:49:18

concebidas como uma única e definitiva travessia do Atlântico, no sentido oeste-leste, os registros de passageiros que entraram e saíram do porto da Bahia na segunda metade do século XIX deixam claro que muitos dos viajantes que foram à África voltaram a Salvador. Algumas pessoas o faziam várias vezes. Para alguns, Lagos seria o lugar de moradia permanente e as viagens ao Brasil eram apenas visitas curtas. Outros, como Justa e Eliseu, continuavam a morar na Bahia, indo a Lagos por períodos limitados.

Como Cunha e outros estudiosos já apontaram, nos anos que se seguiram à ocupação de Lagos pelos britânicos, o azeite de dendê substituiu o escravo como o mais importante produto de exportação da cidade. A subsequente prosperidade econômica atrairia libertos do Brasil. Alguns, como Eduardo Américo de Souza, tinham conquistado a liberdade há relativamente pouco tempo quando atravessaram o mar rumo a Lagos, enquanto outros ficaram na Bahia como libertos por décadas. Os migrantes foram aproveitar as oportunidades de trabalho que estavam surgindo para pedreiros, marceneiros, sapateiros, costureiras etc. Os pais e as mães que enviaram seus filhos com Eduardo Américo e Bamboxê no início dos anos 1870 provavelmente queriam que fossem trabalhar como aprendizes. Quiçá também tinham a esperança que se matriculassem numa escola, como Martiniano do Bonfim faria alguns anos depois. Embora Martiniano não tenha permanecido em Lagos, retornando à Bahia para morar em 1886, outros jovens nesse período acabaram ficando, casando e constituindo famílias por lá, como veremos mais adiante.[63]

Talvez os imigrantes do Brasil sonhassem com a possibilidade de receber um terreno através de um programa iniciado pelo obá Dosomu. Na década de 1850, Dosomu concedeu 73 terrenos a imigrantes do Brasil, de Cuba e de Serra Leoa. Mais da metade dessas terras foram cedidas a "brasileiros". Nas décadas que se seguiram, foram distribuídos mais de

63 Cunha, *Negros, estrangeiros,* cap. 3; Lindsay, "To Return". Poucos anos depois da instalação dos ingleses em Lagos, a primeira escola da cidade foi estabelecida pela Church Missionary Society. Até a década de 1880, o número de instituições de ensino básico, todas de missionários, tinha crescido para 24. Mann, *Marrying Well: Marriage, Status and Social Change among the Educated Elite in Colonial Lagos,* Londres, Cambridge University Press, 1985, p.18. A importância dos imigrantes do Brasil no mercado de trabalho em Lagos foi tanta que, no final do século, um jornal da cidade afirmava que "atualmente, a costa inteira depende, para mecânicos, marceneiros, tanoeiros, pedreiros, etc., dos aprendizes da Missão de Basel e os retornados do Brasil." *Lagos Weekly Record,* 9/6/1895, p. 2.

Escravidao e suas sombras.indb 94 15/3/2012 13:49:18

quinhentos terrenos. Inicialmente, prevaleciam os ex-escravos que chegaram a Lagos antes da ocupação inglesa, mas a partir da década de 1860, já começam a dominar africanos libertos que ali chegaram depois de 1851.[64]

Os laços de amizade que já existiam, na Bahia, entre Eduardo Américo de Souza Gomes e Bamboxê Obitikô, foram posteriormente fortalecidos em Lagos, onde se integraram à ainda pequena comunidade de imigrantes brasileiros, ou *àguda,* como são conhecidos em iorubá. Até 1881, havia 2.723 retornados na cidade; entre 1882 e 1886 chegaram outros 412.[65] Como bem aponta Manuela Carneiro da Cunha, a construção da identidade étnica desse grupo envolveu uma complexa e idiossincrática bricolagem de elementos culturais africanos e brasileiros, sendo o catolicismo uma pedra fundamental.[66] Nesse sentido, Bamboxê e Eduardo, apesar de permanecerem culturalmente iorubá na sua devoção ao culto aos orixás, também mantiveram um envolvimento seletivo com o catolicismo. Após a chegada a Lagos, ambos tiveram vários filhos e os levaram a batizar na igreja católica da cidade, Holy Cross Church. Esses filhos foram de diversas mulheres, não de relações subsequentes, mas simultâneas (Tabelas 1 e 2). Não há dúvida: apesar de terem optado por manter algum envolvimento com o catolicismo, não aceitaram a monogamia cristã.

Uma vez em Lagos, o babalaô Bamgbose Obitkô fixou residência no coração do bairro brasileiro, numa rua chamada, coincidentemente, Bamgbose Street.[67] Entre 1873 e 1876, se tornou pai de três filhos nascidos em Lagos, de mulheres diferentes. Em 30 de novembro de 1873, nasceu

---

64 Na lista de pessoas que receberam terrenos reais, entre 1853 e 1861, constam alguns libertos que saíram do Brasil antes da colonização inglesa de Lagos. Já no período 1864-66, de 193 terrenos, 63 foram dados a retornados brasileiros, alguns dos quais chegaram a Lagos antes da instalação dos ingleses na cidade, mas outros depois de 1851. Agradeço a Kristin Mann pelos dados sobre terrenos concedidos nesse período. Segundo esta autora, no período de 1863-66, 70% dos lotes foram doados a imigrantes do Brasil e de Serra Leoa: Mann, *Slavery and the Birth,*, pp. 242–56.

65 Kopytoff, *A Preface,* p. 171.

66 Cunha, *Negros, estrangeiros,* pp. 150-1; Milton Guran, "Da bricolagem da memória à construção da própria imagem étnica entre os agudás do Benim", *Afro-Ásia*, nº 28 (2002) pp. 45-76. Em iorubá, a palavra, grafada com acento grave na primeira letra, *àguda,* significa católico.

67 Segundo A. B. Laotan, em Lagos, durante o século XIX, no bairro brasileiro havia dois moradores chamados Bamgbose. Um destes, que usava o sobrenome *Bamgbosé Martins*, era o nosso Bamboxê Obitikô/Rodolpho Manoel Martins de Andrade, que como vimos chegou em 1872. O outro, conhecido apenas como Bamgbosé, já estava em Lagos nos anos 1850. Provavelmente, foi este que deu nome à rua, batizada em 1869. Cf. A. B. Laotan, *The Torch Bearers, or Old Brazilian Colony in Lagos,* Lagos, Ife-Olu Printing Works, 1942, p. 17; Saburi O. Biobaku, *The Egba and their Neighbors, 1842-1872,* Oxford, Clarendon Press, 1957, p. 55.

Escravidao e suas sombras.indb 95 15/3/2012 13:49:18

uma menina chamada Justina Maria. Consta no registro de batismo que sua mãe se chamava Firmina da Conceição, mas talvez fosse, na verdade, Feliciana Maria da Conceição, a jovem crioula que veio de Pernambuco para seguir para a África com o grupo de Bamboxê. Justina Maria nasceu apenas quatro meses após o embarque de seu pai para a África, o que significa que ela foi concebida no Brasil e atravessou o mar no ventre da mãe. Alguns anos depois, em 20 de janeiro de 1876, Bamboxê batizou mais dois filhos, Andreas e Balbino, o primeiro nascido em novembro de 1875, filho de Rosalina, e apenas dois meses depois, o filho de Philomena da Conceição. Rosalina, sem dúvida, era a adolescente pernambucana que tinha 18 anos quando atravessou o mar no grupo do babalaô. No registro, consta que o padrinho do filho de Rosalina foi Eduardo Américo de Souza.[68]

Foto da Igreja Holy Cross



A catedral católica de Lagos, Holy Cross Church, na construção da qual Martiniano do Bonfim trabalhou e onde os filhos africanos de Bamboxê Obitikô e Eduardo Americo de Souza foram batizados. Cartão postal do início do século XIX. *Acervo do Lorenzo Turner Papers, Anacostia Museum, Washington, D.C.*

Segundo a memória familiar, a filha mais velha de Bamboxê, Maria Julia Martins de Andrade, casou-se com Eduardo Américo de Souza, e com

68 Archdiocese of Lagos (doravante AL), *Baptisms, 1860-1906,*

Escravidao e suas sombras.indb 96 15/3/2012 13:49:18

ele teve um filho, Felisberto, nascido em Lagos. A documentação confirma que Felisberto foi batizado naquela cidade aos oito meses de idade, em 2 de fevereiro de 1878. O padrinho foi outro viajante, o importador de produtos africanos Antonio Alexandre Martins, que conhecemos acima. Poucos meses depois do batismo, padrinho e avô embarcaram para a Bahia no patacho *Garibaldi,* junto com Eliseu do Bonfim, que, muito provavelmente, também tenha participado dos festejos comemorando o batismo desse primeiro neto de Bamboxê.[69]

Os registros católicos de Lagos revelam que Maria Julia não foi a única mulher de Eduardo Américo. Quando Felisberto nasceu, Eduardo já era pai de quatro outros filhos nascidos lá, todos de mães diferentes (Tabela 1). Segundo a tradição oral, Julia teve outro filho com Eduardo, Julião, mais novo que Felisberto. Os registros mostram que Eduardo Américo de Souza teve oito filhos que nasceram depois de Felisberto, mas nenhum deles se chamava Julião, nem teve a filha de Bamboxê como mãe.[70]

Uma das esposas de Eduardo era Querina, a ex-escrava de Marcelina da Silva que foi a Lagos com ele, no final de 1872. Quando Querina saiu do Brasil, tinha por volta de 14 anos de idade. Como vimos acima, sua mãe, Justa, e a irmã, Francisca, foram a Lagos para visitá-la em 1876. Não é claro se o casamento foi acertado quando Querina ainda estava no Brasil, ou se a viagem rápida de sua mãe à África foi para concluir os preceitos pré-nupciais. De qualquer modo, pouco depois de Justa regressar ao Brasil, Querina engravidou e teve uma filha, Joanna, em 1877. Entre 1878 e 1887, teve mais quatro filhos.[71] Mesmo assim, Querina encontrou tempo para viajar ao Brasil.

---

69 Entrevistas da autora com Irene Sowzer Santos, 2006/08; AL, *Baptisms, 1860-1906*; APEBa, *Entrada de passageiros (1873-79)*, vol. 1. Nos anos 1870, Antonio Alexandre Martins atravessou o Atlântico pelo menos cinco vezes: APEBa, *Entrada de passageiros*, vol. 1 (1873-79), e vol. 3(1879-83); APEBa, *Saída de passageiros*, vol. 52 (1873-77) e vol. 53 (1877-81).

70 AL, *Baptisms, 1860-1906*. Nesses registros, consta que a mãe do primeiro filho de Eduardo chamava-se Sophia de Almeida Bastos, mas desconfio que a primeira esposa tenha sido Felicidade d'Oliveira, mãe do segundo filho. Em 1868, quando Eduardo Américo de Souza foi para a África pela primeira vez, ela viajou junto com ele: APEBa, *Polícia*. *Registros de passaportes, 1864-68*, maço 5901.

71 AL, *Baptisms, 1860-1906*. Se tomarmos o número de filhos que Eduardo teve com cada mulher como indício da sua preferência, a mais querida foi Querina.

Escravidao e suas sombras.indb 97 15/3/2012 13:49:18

Tabela 1: Filhos de Eduardo Américo de Souza

	Filho	Mãe	Local de nascimento	Data de nascimento	Data de batismo
1	Victorianna	Sophia d'Almeida Bastos	Lagos	31/7/1874	31/8/1874
2	Domingos	Felicidade d' Oliveira	Lagos	7/2/1875	9/2/1875
3	Paulina	Sophia	Lagos	6/9/1877	12/9/1877
4	Joanna	Querina	Lagos	?	12/9/1877
5	Felisberto	Maria Julia	Lagos	10/07/1877 (aprox)	10/2/1878
6	Hierônimo	Querina	Lagos	29/07/1878	29/01/1879
7	Vicentia	Servina	Lagos	5/04/1882	5/11/1882
8	Theodora	Querina	Lagos	30/06/1882	5/11/1882
9	Didaco	Sophia	Lagos	30/05/1883	25/11/1883
10	Josephina	Obidum	Lagos	18/09/1883	25/11/1883
11	Sevina	Querina	Lagos	17/02/1884	13/7/1884
12	Joseph	Sophia	Lagos	08/05/1887	15/5/1887
13	Gregorio	Querina	Lagos	09/05/1887	15/5/1887

Fonte: Archdiocese of Lagos, *Baptisms, 1860-1906*.

Em 1889, Querina esteve na Bahia, junto com uma de suas co-esposas, Sophia de Almeida Bastos. Voltaram a Lagos em 29 de dezembro daquele ano, no patacho *Aurora*. Nessa viagem, as mulheres não levaram seus filhos. Em fevereiro de 1896, Querina veio ao Brasil de novo, esta vez no patacho *Alliança,* chegando no dia 5 de abril, junto com outra co-esposa, Maria Júlia, que, muito provavelmente, era sua amiga de sua infância na Casa Branca. Desta vez, Querina levou suas filhas Joanna, já com 19 anos, e Theodora, que tinha 14, mas Felisberto, filho de Maria Júlia, não acompanhou a mãe. Maria Júlia o tinha levado numa viagem anterior à Bahia, em 1886. Mãe e filho chegaram no dia 20 de setembro, a bordo da escuna *Zizi*. Maria Júlia viveu em Lagos por muitos anos, mas em algum momento decidiu voltar definitivamente à Bahia. Quando morreu, em 18 de fevereiro de 1925, já estava estabelecida na Bahia há décadas.

Escravidao e suas sombras.indb 98 15/3/2012 13:49:19

Felisberto, seguindo a trajetória de sua mãe, também deixou a África para morar no Brasil. Segundo a memória familiar, na sua juventude passou um tempo na Inglaterra, vindo depois à Bahia onde se estabeleceu em Brotas, no distrito de Matatú. Sua primeira filha, Tertuliana, nasceu em abril de 1909, seguida por cinco outros filhos, todos na capital baiana entre 1912 e 1920.[72] Ainda de acordo com a memória familiar, Benzinho, como Felisberto era popularmente conhecido, foi um dos últimos babalaôs do Brasil, ao lado de Martiniano do Bonfim. O etnólogo Edison Carneiro, que conheceu ambos pessoalmente, os descreve como rivais, mas a filha mais nova de Felisberto, Irene Sowzer Santos, já com 90 anos de idade, lembra que seu pai e "Seu Martiniano" eram amigos próximos. Tudo indica que tenham se conhecido em Lagos, pois quando Felisberto nasceu em 1877, Martiniano já morava lá, como vimos acima.

Hoje, Dona Irene mora numa casa construída em terreno herdado de seu pai, em frente à casa que era de Bamboxê, em Salvador, no bairro de Brotas. Ela conta que seus avós atravessaram o mar muitas vezes, nem sempre juntos. Os registros de passaportes na Bahia confirmam sua memória. Nas viagens de Maria Julia e das outras mulheres de Eduardo Américo de Souza ao Brasil, ele não consta nas listas de passageiros. Contudo, em meados de 1881, Eduardo estava de novo no Brasil, aparentemente sem as esposas. A Bahia foi sua base, mas passou a maior parte do tempo viajando a outras províncias: Rio de Janeiro em junho, Pernambuco em agosto e Maceió em outubro. Depois disso, há uma lacuna na documentação, até 20 de junho de 1882, quando o encontramos saindo da Bahia para Lagos, a bordo do palhabote *Africano*. Poucos meses depois, em novembro, foram batizadas mais duas filhas suas em Lagos. Uma delas, Theodora, era filha de Querina, mas a outra, Vicentia, era filha de uma nova mulher, Sevina. Vicentia nasceu em abril de 1882, o que significa que foi concebida

72 APEBa, *Entrada de passageiros*, vol. 4 (1883-86) e vol. 8 (1896-98); *Lagos Standard,* 19/2/1896, *apud* Verger, *Fluxo e refluxo,* p. 66; entrevistas da autora com Irene Sowzer Santos, 2006-08. APEBa, *Livro de notas*, vol. 1179, fl. 41; Partilha amigável de Damásia Topázio Aquino, 9/8/1955, APEBa, *Inventários*, 6/2502/3002/4.

Escravidao e suas sombras.indb 99 15/3/2012 13:49:19

por volta de julho de 1881, quando seu pai estava ainda no Brasil. Talvez Eduardo tenha conhecido a mãe durante a viagem.[73]

Para Eduardo Américo, essa viagem de volta a Lagos foi a terceira e, provavelmente, a última. Entre 1883 e 1887, nasceram mais cinco filhos seus em Lagos, e não há evidência que sugira outras idas ao Brasil. Em algum momento, depois que parou de atravessar o mar, Eduardo passou a trabalhar a terra. Quando morreu, em 14 de março de 1897, foi descrito como agricultor, com uma roça na rua Tokonboh, próxima à rua Bamgbose, no bairro brasileiro.

Como seu genro, Bamboxê Obitikô também passou períodos longos em Lagos, mas diferente de Eduardo, o vaivém transatlântico do babalaô continuou até o final da sua vida. Depois da sua primeira viagem a África de 1873, o próximo registro de Bamboxê no Brasil é aquele de setembro de 1878, quando ele e Eliseu do Bonfim chegaram juntos no *Garibaldi,* como mencionado acima. Quando Bamboxê passou pela polícia do porto naquele dia, já portava um passaporte inglês, o mesmo que utilizou em pelo menos quatro outras viagens transatlânticas.[74]

Eliseu do Bonfim, entretanto, usou pouco seu passaporte britânico para viagens internacionais. Muitos anos depois, Martiniano diria que seu pai passou dez meses em Lagos em 1880, mas não encontrei registro dessa viagem ou de outras posteriores à África. Pelo contrário, o que parece é que Eliseu passou a maior parte daquele ano no Rio de Janeiro, junto com a mãe de Martiniano, Felicidade. Há registro de que saíram de Salvador em 27 de maio de 1879, no vapor *Tarques*, mas não há informação sobre o retorno até outubro de 1880.[75]

---

73 APEBa, *Entrada de passageiros*, vol. 3 (1879-83); APEBa, *Saída de passageiros*, vol. 54 (1882-86), APEBa, *Polícia. Registros de passaportes, 1880-81*, maço 5909, fls. 23, 42v, 58v e 118v; AL, *Batismos, 1860-1906*.

74 APEBa, *Entrada de passageiros (1873-79)*, vol. 1; APEBa, *Polícia do Porto. Visitas do porto, 1870-79*, maço 6428; APEBa, *Polícia do Porto. Entrada de passageiros, 1876*, maço 5959-3.

75 Turner, "Some Contacts", p. 63; APEBa, *Polícia. Registros de passaportes, 1879-81*, maço 5907; APEBa, *Saída de passageiros (1877-81)*, vol. 53; APEBa, *Entrada de passageiros (1879-83)*, vol. 3. A documentação mostra que poucos dias depois de chegar à Bahia, vindo do Rio, Eliseu viajou de novo para a Corte, desta vez sem Felicidade. Retornou à Bahia depois de duas semanas no Rio.

Escravidao e suas sombras.indb 100 15/3/2012 13:49:19

Em 1885, Eliseu mandou dizer a Martiniano, que ainda morava em Lagos, que voltasse ao Brasil, e Martiniano chegou a bordo do patacho *Antoninha* em 30 de janeiro de 1886. Talvez fosse para participar do axexê (ritos fúnebres) de seis meses de Marcelina da Silva, falecida em 27 de junho de 1885. É ainda possível que Eliseu já estivesse doente, porque faleceu em 1887. De qualquer forma, depois da morte de seu pai, Martiniano se estabeleceu na Bahia, talvez para ajudar sua mãe, já idosa. Mas ele contava que voltou a Lagos mais duas vezes, levando produtos brasileiros e voltando com mercadoria africana, como seu pai fizera.[76]

Quando Eliseu morreu, Bamboxê Obitikô estava no Brasil, mas é pouco provável que estivesse na Bahia. Depois de sua volta de Lagos em 1878, junto com Eliseu, Bamboxê ficou no Brasil até 16 de setembro de 1879, quando foi para Lagos de novo, no patacho *Hester*. Nessa cidade nasceu outra filha de Bamboxê, Josepha, em primeiro de fevereiro de 1882, mas depois há uma lacuna de quatro anos nos registros, tanto na África quanto no Brasil. O próximo documento referente ao babalaô data de 8 de fevereiro de 1886, quando "Rodolpho Martins" aparece numa lista de passageiros chegando à Bahia do Recife. Marcelina da Silva tinha falecido havia poucos meses, em 27 de junho de 1885. Quem sabe, o babalaô tenha embarcado às pressas quando soube do falecimento, pegando o primeiro navio que partia para o Brasil, e que o levou a Pernambuco, onde encontrou outro rumo à Bahia. Provavelmente, tinha saído de Lagos no final de 1885, pois sua mulher Firmina, que lá ficou grávida, teve o filho no final de junho de 1886.[77]

76 Frazier, "The Negro Family", p. 475; APEBa, *Entrada de passageiros (1883-86)*, vol. 4.

77 APEBa, *Saída de passageiros (1877-81)*, vol. 53; AL, Baptisms, 1860-1906; APEBa, *Entrada de passageiros (1883-86)*, vol. 4; ACMS, *Livro de Óbitos da Freguesia da Sé*, 1881-94, fl. 15.

Escravidao e suas sombras.indb 101 15/3/2012 13:49:19

Tabela 2: Filhos de Bamboxê Obitikô

	Filho	Mãe	Local de nascimento	Data de nascimento	Data de batismo
1	Maria Julia	?	Bahia	ca. 1854	?
2	Lucrécia	?	Bahia	ca. 1857	?
3	Theóphilo	?	Bahia	ca. 1864	?
4	Justina Maria	Firmina da Conceição	Lagos	30/11/1873	1/12/1873
5	Andreas	Rosalina	Lagos	10/11/1875	20/01/1876
6	Balbino	Philomena da Conceição	Lagos	12/01/1876	20/01/1876
7	Josepha	Orisabukola	Lagos	01/02/1882	6/2/1882
8	Pedro	Firmina	Lagos	30/06/1886	07/06/1886
9	Rosa	Orisabukola	Lagos	06/09/1895	10/09/1895
10	Marcolina Martin Bamboshe [*sic*]	Esperança Orisabukola	Lagos	16/06/1897	27/06/1897

Fonte: Archdiocese of Lagos, *Baptisms, 1860-1906.*

De qualquer forma, uma vez no Brasil, Bamboxê aqui permaneceu durante um ano, mas pouco tempo na Bahia. Em 28 de março de 1886, pouco mais de um mês depois de sua chegada, viajou para o Rio de Janeiro, retornando à Bahia em 19 de janeiro de 1887.[78] Sua terceira ida a Lagos começou em 20 de outubro de 1887, quando embarcou na Bahia a bordo do patacho *Ericeirense.* A documentação indica que permaneceu em Lagos durante vários anos. Em 3 de dezembro de 1892, o jornal *The Lagos Weekly Record* anunciou que nos correios havia chegado uma carta para Rodolpho Manoel Martins de Andrade. Em março de 1895, o babalaô recebeu outra carta, e na mesma cidade; em setembro do mesmo ano, nasceu Rosa, filha sua com Orisabukola. Poucos meses depois, começou outra viagem ao Brasil, pois em 13 de maio de 1896, "Rodolpho Martins" chegou à Bahia, vindo de Pernambuco no vapor *Espírito Santo.*[79]

78 APEBa, *Entrada de passageiros (1883-86)*, vol. 4.

79 APEBa, *Polícia. Registros de passaportes, 1885-90*, maço 5910; APEBa, *Saída de passageiros (1886-90)*, vol. 55; APEBa, *Entrada de passageiros (1896-98)*, vol. 8; *The Lagos Weekly Record,* 3/12/1892.

Escravidao e suas sombras.indb 102 15/3/2012 13:49:19

Aparentemente, essa estadia no Brasil foi curta. Em agosto de 1896, "R. Manoel Martin" recebeu mais uma carta, em Lagos. Em 16 de junho de 1897, nasceu outra filha com Orisabukola. Foi batizada com o nome Marcolina, e nos registros paroquiais consta também um sobrenome, Martin Bamboshe [*sic*]. Em setembro do mesmo ano, chegou aos correios de Lagos mais uma carta, endereçada a "Rodolph Manoel Martin". É o último registro que diz respeito a Bamboxê Obitikô, mas sabe-se que voltou mais uma vez ao Brasil, porque morreu em Salvador, segundo a memória familiar, por volta de 1908. Seu túmulo, na capela principal da Igreja do Rosário dos Pretos, no Pelourinho, é um dos poucos que há posterior à virada do século XX, um indício do enorme prestígio que o velho babalaô tinha na Bahia.[80]

Vínculos com Pernambuco e Rio de Janeiro

É dito que as viagens de Bamboxê ao Rio de Janeiro e a Pernambuco foram para ajudar comunidades religiosas na realização de rituais importantes. Conta-se que Bamboxê esteve envolvido na fundação do terreiro mais antigo de Recife, o Terreiro de Obá Ogunté, popularmente conhecido como o Sítio de Pai Adão. A documentação apoia essa memória, revelando que Bamboxê fez pelo menos quatro viagens a Pernambuco. Mas a tradição oral coloca a fundação do terreiro em 1875, período em que Bamboxê estava na África. É possível que ele tenha participado de algum tipo de ritual preliminar durante sua visita a Recife em 1872, quando ele e Joaquim estavam organizando a viagem do grupo de crianças a Lagos. Também é possível que Bamboxê tenha estado presente em cerimônias que aconteceram durante suas viagens posteriores a essa cidade. A rede sociorreligiosa entre Bahia e Pernambuco, da qual Bamboxê e Joaquim provavelmente foram os arquitetos principais, persistiu até as primeiras

80 AL, *Baptisms 1860-1906*; *The Lagos Weekly Record, 17/10/1896* e *20/11/1897*.

Escravidao e suas sombras.indb 103 15/3/2012 13:49:19

décadas do século XX, via Martiniano do Bonfim, que mantinha uma forte amizade com Pai Adão, o segundo líder do terreiro.[81]

Tabela 3. Resumo de viagens

Viajante	Destino		
	Costa d'África	Pernambuco	Rio de Janeiro
Bamboxê Obitikô	1873-78	1872	1879
	1879-85*	1879	
	1887-96*	1886	1886
	1897-99*	1896	
Eliseu do Bonfim	1875-76		1879-80
	1877-78		1880
Eduardo Américo de Souza	1868-72		
	1872-81*	1881	1881
	1882-97		
Joaquim Vieira da Silva	1840-54*	1872	1840-70*
		1873	

Fontes: Arquivo Público da Bahia, *Registros de passaportes, 1860-1900*; *Entradas e saídas de passageiros, 1860-1900*; *Entradas e saídas de embarcações, 1845-1866*; Archdiocese of Lagos, *Baptisms, 1860-1900*.
* Datas estimadas.

A neta de Joaquim Vieira da Silva, Cantulina Pacheco, Mãe Cantu, que faleceu em 2004 com 104 anos de idade, contava que seu avô "era de Pernambuco"; isto é, viveu lá durante o cativeiro e casou-se com "uma crioula de Recife", vindo à Bahia bem depois, por causa de sua amizade com Bamboxê.[82] Como já vimos, a residência do senhor de Joaquim no Brasil era na Bahia, e a primeira vez que Joaquim saiu dessa província como liberto foi em 1872. No entanto, durante o cativeiro seu trabalho de marinheiro

81 APEBa, *Polícia. Pedidos de passaportes, 1870-72*, maço 6372; APEBa, *Polícia. Registros de passaportes, 1877-79*, maço 5906; APEBa, *Entrada de passageiros (1883-86)*, vol. 4. Sobre a tradição oral do Sítio de Pai Adão, ver Zuleica Campos, "Memórias etnográficas do Sítio de Pai Adão", *Revista de teologia e ciências da religião*, vol. 4, no 4 (2005), pp. 9-34. Sobre os vínculos de Martiniano do Bonfim com Pernambuco, ver Landes, *A cidade,* p. 72; e uma entrevista com Martiniano no jornal *A Tarde*, 14/05/1936, p. 5.

82 Monique Augras, "Vida e lendas de Airá Tola", in Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.), *Somávo: o amanhã nunca termina: novos escritos sobre a religião dos voduns e orixás* (São Paulo, Empório de Produção e Comunicação, 2005), pp. 121-32; ACMS, *Livro de Óbitos da Freguesia de Brotas 1913-22*, fls. 73 e 78.

Escravidao e suas sombras.indb 104 15/3/2012 13:49:19

provavelmente o levou a diversos portos da África e do Brasil, e é possível que a capital pernambucana fosse um deles. De qualquer modo, os registros eclesiásticos da Freguesia de São José do Recife confirmam a narrativa oral de que Joaquim Vieira da Silva se casou por lá, no dia 31 de janeiro de 1880, e consta que os nubentes eram residentes na mesma freguesia. Contudo, a noiva, a crioula Isadora Maria da Conceição, não era pernambucana, era natural da Bahia. Em pouco tempo, foram chegando os filhos: Felismina, em 1881, Francisco, em 1882, Alfredo, em 1884, e, depois de um intervalo de nove anos, Raymundo, nascido em 1893.[83]

Quando Joaquim e Isadora se casaram, ele já morava em Pernambuco há vários anos. Em agosto de 1877, o *Diário de Pernambuco* publicou um abaixo assinado de um grupo de africanos libertos que reivindicavam o direito de praticar sua religião, entre eles Joaquim Vieira da Silva.[84] Tudo indica que Joaquim ficou em Pernambuco por quase duas décadas. Depois de sua saída da Bahia rumo a Recife, em agosto de 1873, não encontrei documentos que sugerissem sua presença em Salvador até 1896, quando, no dia 14 de setembro, chegou a bordo do vapor *Brazil*. O navio começou sua viagem em Manaus, fazendo várias escalas ao longo do litoral, e Joaquim embarcou do Recife. Como vimos, Bamboxê tinha estado em Pernambuco há poucos meses, o que apoia a memória de que ele teria influenciado a decisão de Joaquim de se mudar para a Bahia. Depois disso, Joaquim e sua família fixaram residência em Salvador. Há uma escritura de 1900 que revela que ele e Isadora tomaram um empréstimo para comprar uma casa no bairro de Nazaré, não muito longe do distrito de Matatú, onde Bamboxê já morava. Em 1902, quando Joaquim morreu, seus bens incluíam seis outras casas em Nazaré e uma pequena roça no bairro de Santa Cruz, próxima ao povoado do Rio Vermelho.[85]

---

83 Segundo o registro do casamento, Isadora era filha legitima de Manoel da Costa e Maria Luiza da Conceição, e as testemunhas foram José Carlos Cavalcante d'Albuquerque e Alfredo d'Araújo Santos. Agradeço a Valéria Costa por este documento. A informação sobre os filhos é do inventário de Joaquim: APEBa, *Inventários*, 01/97/52/07.

84 *Diário de Pernambuco,* 21/8/1877, reproduzido em José Antônio Gonçalves de Mello, *Diário de Pernambuco: Economia e sociedade no 2º reinado,* Recife, Editora da UFPe, 1996, p. 93. O abaixo assinado foi contestado por outro grupo de africanos, também por abaixo assinado, publicado no mesmo jornal. Para uma análise, ver Reis, *et alli*, *O alufá Rufino,* pp. 344-53.

85 APEBa, *Entrada de passageiros (1896-98)*, vol. 8; Inventário de Joaquim Vieira da Silva, 11/4/1903, APEBa, *Inventários*, 01/97/52/07.

Escravidao e suas sombras.indb 105 15/3/2012 13:49:19

As várias versões da tradição oral concordam que em 1886 Bamboxê e Joaquim Vieira da Silva participaram da fundação de um dos terreiros mais antigos do Rio de Janeiro, o Ilê Axé Opô Afonjá. Uma versão sustenta que nessa ocasião também estava presente uma jovem adepta de Xangô chamada Eugenia Anna dos Santos, crioula de pais africanos e filha de santo de Bamboxê. Outra versão conta que apenas Bamboxê e Joaquim estavam envolvidos na fundação do templo, mas que depois Aninha, como era conhecida, realizou outros rituais importantes e daí passou a assumir a liderança do terreiro.[86] A documentação apoia a ideia de que Bamboxê estava presente durante a fundação do templo. Bamboxê viajou pelo menos duas vezes ao Rio de Janeiro, passando dois meses lá em 1879 e quase um ano em 1886, como vimos acima. Mas Eugenia Anna dos Santos, que residia na Bahia, não aparece nas listas de passageiros dessas viagens, nem em qualquer outra durante a década de 1880, um ponto a favor da segunda versão da história.[87] Por outro lado, Joaquim Vieira da Silva, presente em ambas as versões, também não consta nas listas de passageiros de Salvador. Mas, como já morava em Recife nessa altura, é provável que tenha saído de lá.

Qualquer que seja a verdade sobre a participação de Bamboxê Obitikô e Joaquim Vieira da Silva na fundação do Ilê Axé Opô Afonjá no Rio de Janeiro, ambos são atores importantes nas memórias dos eventos que antecederam a fundação do terreiro do mesmo nome na Bahia. É dito que depois da morte de Marcelina da Silva em 1885 surgiram divergências acirradas na Casa Branca sobre a escolha da próxima ialorixá, e que voltaram à cena em 1892, com a morte da sua sucessora, Maria Júlia Figueiredo.

---

86 Monique Augras, "Uma casa de Xangô no Rio de Janeiro", in Moura (org.), *Somávo,* pp. 107-20; Agenor Miranda Rocha, *Os candomblés antigos do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, Faculdade da Cidade/Topbooks, 1994, p. 33. Outro ponto a favor da versão contada por Rocha é que Aninha, que nasceu em 1869, tinha apenas 17 anos em 1886, muito nova para exercer um papel fundamental numa cerimônia tão importante. Sobre a relação entre Aninha e o Opô Afonjá do Rio de Janeiro, ver João Baptista dos Santos, "21 cartas e um telegrama de mãe Aninha a suas filhas Agripina e Filhinha, 1935-37", *Afro-Ásia* no 36 (2007), pp. 265-310. Sobre a iniciação de Aninha, há versões diferentes, mas Bamboxê aparece em todas. Cf. Carneiro, *Candomblés da Bahia*, p. 57, Santos, *Historia de um terreiro nagô*, p. 9, e Lima, *O candomblé da Bahia*, p. 57. Segundo a bisneta de Bamboxê, Aninha era "filha de Tio Joaquim e Bamboxê": entrevista da autora com D. Irene Sowzer Santos, 8/5/2010.

87 APEBa, *Saída de passageiros*, vol. 53 (1877-81) e vol. 55 (1886-90); APEBa, *Entrada de passageiros*, vol. 3 (1879-83) e vol. 4 (1883-86).

Escravidao e suas sombras.indb 106 15/3/2012 13:49:19

Em algum momento, Joaquim se candidatou para a liderança do terreiro, mas foi vencido. Daí, ele teria se afastado, formando sua própria comunidade religiosa no bairro de Santa Cruz. Essa propriedade, evidentemente é a "roça" mencionada no seu inventário. Nessa altura, Bamboxê e Aninha teriam se aliado a Joaquim, mas este faleceu em 1902, seguido alguns anos depois por Bamboxê. Em 19 de janeiro de 1909, Aninha comprou um grande terreno no distrito semirrural de São Gonçalo, inaugurando um terreiro no ano seguinte. O nome escolhido foi Ilê Axé Opô Áfonjá, em homenagem à qualidade do seu Xangô, Afonjá.[88]

Na formação de sua comunidade religiosa, a associação com Joaquim e Bamboxê certamente ajudou Aninha a atrair filhos de santo. Antes de abrir o seu terreiro, Aninha já iniciava iaôs e uma das primeiras foi uma bisneta de Marcelina da Silva, Maria Bibiana do Espírito Santo, mais conhecida hoje pelo apelido de Senhora. Quando Senhora se iniciou, em 1907, já tinha uma relação de amizade com a ialorixá há vários anos. Nascida em 1890, Senhora ficou órfã da mãe, Claudiana, neta de Marcelina da Silva, em 1900, e do pai dois anos depois. Duas tias maternas faleceram em 1904 e 1906. Nesse período difícil, a futura fundadora do Opô Afonjá ajudou Senhora e seus quatro irmãos com a organização dos funerais católicos e talvez também dos ritos de axexê. Quando, em 1938, Aninha veio a falecer, Senhora ocupava o alto posto de *ossi dagã* do Opô Afonjá da Bahia, tornando-se ialorixá do terreiro em 1942.[89]

---

88 Carneiro, *Candomblés da Bahia,* pp. 56-7, fala de divisões que surgiram após a morte de Marcelina e reapareceram anos depois, com a morte da ialorixá Ursulina de Figueiredo, sucessora de Maria Júlia de Figueiredo. Na versão de Carneiro, após a morte de Ursulina, Aninha e Joaquim saíram do Engenho Velho. Contudo, Ursulina ainda estava viva em 1918, quando escreveu seu testamento, enquanto Joaquim morreu em 1902, e Aninha fundou o Ilê Axé Opô Afonjá em 1910, o que deixa claro que na verdade, o racha que levou Joaquim e Aninha a se afastarem da Casa Branca aconteceu por volta de 1890, após a morte de Maria Júlia, sucessora de Marcelina da Silva: Testamento de Ursulina de Figueiredo*,* 7/12/1918, APEBa, *Livro de notas*, vol. 1177, fl. 11v. Aninha tinha dois Xangôs, Ogodô (como Bamboxê) e Afonjá, mas escolheu o segundo para dar nome ao seu terreiro. Cabe notar que Afonjá foi um general do Império de Oyó que se rebelou contra o Alafin no final do século XVIII, assim desencadeando a desintegração do império. As guerras decorrentes resultaram na venda de milhares de pessoas do território iorubá ao tráfico de escravos, entre os quais os protagonistas desta história. Cf Reis, *Rebelião escrava,* pp. 163-75. A informação sobre a morte de Bamboxê é de D. Irene, que afirma que ele morreu por volta de 1908.

89 AMCS, *Livro de Óbitos da Freguesia da Sé, 1894-1901*, fl. 38; Inventário de Félix José do Espírito Santo*,*12/11/1906, APEBa, *Inventários*, 1/19/20/3. A avó materna de Senhora, Maria Magdalena da Silva, única filha de Marcelina da Silva, tinha morrido em 1890. Inventário de Maria Magdalena da Silva, 1901, APEBa, *Inventários*, 1/43/48/4. Para versões da memória oral sobre Mãe Senhora: Santos, *História de um terreiro;* e José Félix dos Santos e Cida Nóbrega (orgs.), *Mãe Senhora: saudade e memória,* Salvador, Corrupio, 2000. Sobre o

Escravidao e suas sombras.indb 107 15/3/2012 13:49:19

Além dos descendentes de Marcelina da Silva, outros membros também deixaram a Casa Branca para se integrar ao novo terreiro liderado por Aninha, entre eles o babalaô Martiniano do Bonfim e um jovem ogã chamado Miguel Santana. Alguns anos mais adiante, em 1937, Cantulina Pacheco, a neta de Joaquim Vieira da Silva mencionada acima, seria uma das últimas iaôs feitas por Aninha antes da sua morte em 1938.[90]

Outro fator que contribuiu para o crescente prestígio do Ilê Axé Opô Afonjá nos seus primeiros anos foi o vínculo entre Aninha a família Pimentel, da vila de Itaparica, localizada na ilha do mesmo nome na Baía de Todos os Santos. O patriarca da família, um liberto nagô consagrado a Xangô Aganju, Marcos Theodoro Pimentel, era adepto do culto iorubá aos ancestrais, no Brasil conhecido como Babá Egun. Marcos Theodoro tinha dois filhos, Marcos Cardoso Pimentel e José Theodoro Pimentel. Em maio de 1881, o jovem Marcos viajou a Lagos com seu pai, retornando em novembro do mesmo ano. É dito que na volta trouxeram um assento de Babá Olukotun, ancestral legendário dos povos iorubás, cultuado até hoje nos terreiros de Babá Egun da Bahia. O velho Marcos morreu poucos anos depois, em 1886, na sua casa em Itaparica.[91] Na primeira década do século XX, após a morte de Bamboxê, José Theodoro Pimentel passou a assessorar Aninha, assumindo o cargo de *Balé Xangô,* chefe da casa de Xangô. Em 1921, sua filha carnal, Ondina Valéria Pimentel, foi iniciada por Aninha e, quatro décadas depois, em 1968, seria escolhida como sucessora de Mãe Senhora na liderança do terreiro.[92]

Não é certo como Aninha conheceu essa família, que morava relativamente longe de Salvador. Parece provável, no entanto, que o velho Marcos Theodoro Pimentel e seu filho Marcos Cardoso Pimentel, durante sua permanência em Lagos, tenham feito parte da rede sociorreligiosa de retorna-

---

posto de *ossi dagã*: Vivaldo da Costa Lima, *A família de santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia,* Salvador, Corrupio, 2003, pp. 83-4.

90 Santos, *História de um terreiro,* pp. 10-14; Rocha, *Os candomblés antigos do Rio,* p. 33; Carneiro, *Candomblés da Bahia,* pp. 56-7.

91 Pedido de passaporte do crioulo liberto Marcos, 14/5/1881, APEBa, *Polícia. Escravos, 1881-85*, maço 6347; APEBa, *Entrada de passageiros (1879-83)*, vol. 3; Inventário de Marcos Theodoro Pimentel, 13/7/1883, APEBa, *Inventários*, 05/2066/2537/08. Sobre Babá Lokotun, ver Marco Aurélio Luz, *Do tronco ao opa exim.* Rio de Janeiro, Pallas, 2002, p. 57; Genaldo Novaes, comunicação pessoal.

92 Santos, *História de um terreiro,* pp. 10-11.

Escravidao e suas sombras.indb 108 15/3/2012 13:49:19

dos do bairro brasileiro. Nesse âmbito, poderiam ter conhecido Bamboxê Obitikô e Martiniano do Bonfim, e, de volta ao Brasil, através deles, Aninha. De todo modo, é claro que o apoio de famílias tão respeitadas por seu zelo religioso e também por seus vínculos com a África ajudou a impulsionar o terreiro de Aninha para uma posição de proeminência no universo religioso afro-brasileiro, lugar que ocupa até hoje em dia.

Conclusão

O terreiro da Casa Branca está situado na encosta de um morro. Na base do morro, próximo à pequena edificação construída sobre a fonte onde se guarda o assentamento de Oxum, deusa das águas doces, há uma representação do casco de um navio, onde, em dezembro de cada ano, acontece uma cerimônia conhecida como *Oxum do barco,* uma das várias celebrações públicas para este orixá. Conta-se que o barco foi construído em memória de Ursulina de Figueiredo, devota de Oxum, que substituiu Maria Julia Figueiredo, sucessora de Marcelina, como ialorixá. Ursulina, que nasceu livre em Lagos nos primeiros anos da colonização inglesa, filha de uma africana que fora escrava no Brasil, foi a última ialorixá do terreiro a nascer na África. O barco simboliza sua viagem voluntária para o Brasil. Mas o barco também evoca as inúmeras outras travessias marítimas realizadas por livre vontade na história do terreiro, desde a volta à África de Iyá Nassô e Marcelina da Silva, em 1837, até as travessias posteriores de Bamboxê Obitikô, Joaquim Vieira da Silva, Eliseu do Bonfim e suas famílias. Essas viagens formaram a base de uma experiência compartilhada que uniu os africanos libertos que exerceram papéis influentes nos primórdios do templo, contribuindo para o prestígio extraordinário da Casa Branca no universo do candomblé.

A rede oitocentista entre Bahia e Lagos foi estimulada por afinidades culturais e religiosas, mas também dependeu do quadro maior da política e da economia. No período entre 1860 e 1880, quando Bamboxê Obitikô, Eduardo Américo de Souza e Eliseu do Bonfim começaram suas viagens, o fluxo de viajantes estava crescendo. Analisando as viagens transatlânticas de pessoas do candomblé, o antropólogo James Lorand Matory sustenta

Escravidao e suas sombras.indb 109 15/3/2012 13:49:19

que estas foram fundamentais na reconfiguração do culto aos orixás no Brasil, apontando para Lagos como um pólo importante nesse processo. Os dados aqui apresentados com certeza apoiam sua tese, mostrando também que, no lado ocidental do Atlântico, a rede sociorreligiosa se estendeu até as cidades do Rio de Janeiro e do Recife. As trajetórias individuais dos africanos libertos discutidas aqui também mostram que esse movimento não era unidirecional: tratava-se de múltiplas travessias marítimas, com alguns dos viajantes mantendo residência no Brasil.[93]

Matory sugere que a década de 1890 representou o apogeu da comunicação diaspórica entre Bahia e Lagos, mas os dados apresentados aqui apontam para o final dos anos 1870 e o início dos anos 1880 como o período de movimento mais intenso. No final da década de 1880, o número de navios que fazia o percurso entre as duas cidades começou a cair, talvez em decorrência da estagnação econômica que atingiu Lagos nesse período, consequência da queda nos mercados externos do azeite de palma.[94] Até a virada do século XX, apenas um ou dois navios por ano faziam a viagem entre Bahia e Lagos. Com o início da primeira guerra mundial, esse movimento parou totalmente. Recomeçou nas décadas de 1960 e 1970, estimulado parcialmente pelos esforços de pesquisadores como Pierre Verger, fascinados pela história de intercâmbios culturais da Bahia com a África Ocidental. Mas os últimos africanos libertos da Bahia já tinham morrido, levando consigo a memória vivenciada da África. Na Casa Branca e nos templos afiliados, porém, os descendentes espirituais e carnais dessas famílias transatlânticas ainda rememoram estas viagens marítimas. Ao longo do tempo, história e memória se metamorfosearam em mito e lenda, mas isto não significa que as narrativas que se contam hoje sejam meras invenções. Como demonstram os documentos aqui apresentados, são os vestígios de memórias de acontecimentos históricos que marcaram a ressignificação da religiosidade africana no Brasil.

93 Matory, *Black Atlantic Religion,* cap. 1.

94 Cunha, *Negros, estrangeiros,* pp. 115-33. Na Bahia, os registros de navios mostram 12 saídas para a África Ocidental e 6 chegadas em 1876; 5 saídas e 1 chegada em 1886 e, em 1896, 2 saídas e 1 chegada – uma queda de mais de 50% por década: APEBa, *Polícia do Porto. Saídas e entradas de embarcações*, maços 5966 a 5968 e 5973. Sobre a economia de Lagos durante esse período, ver Mann, *Slavery and the Birth*, cap. 4.

Escravidao e suas sombras.indb 110 15/3/2012 13:49:19